

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS / LINGÜÍSTICA**

**SILVIA HELENA LOVATO DO NASCIMENTO**

**ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS E MARCAÇÃO DE CASO  
DA LÍNGUA KAINGÁNG**

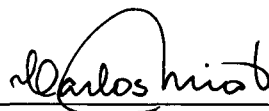
Orientador: Prof. Dr. Carlos Miotto

Dissertação apresentada ao  
curso de Pós-Graduação em  
Lingüística da Universidade  
Federal de Santa Catarina como  
requisito parcial para a obtenção  
do título de Mestre em  
Lingüística

**Florianópolis - SC  
1995**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras - Lingüística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.

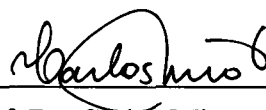
Florianópolis, 19 de dezembro de 1995.



---

Prof. Dr. Carlos Miotto  
Coordenador do Curso de Pós-  
Graduação em Lingüística

Banca examinadora:



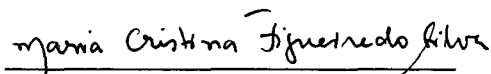
---

Prof. Dr. Carlos Miotto  
Orientador



---

Prof. Dra. Charlotte C. Galves



---

Prof. Dra. Maria Cristina  
Figueiredo Silva



---

Prof. Dr. Edair Maria Gorski  
Suplente

Aos meus pais: Luiz e Therezinha.

## AGRADECIMENTOS

Ao povo Kaingáng.

Ao professor Dr. Carlos Miotto, meu orientador, pela dedicação e carinho.

Ao professor Dr. Giles Istre, pela amizade.

Ao professor Gilvan Miler de Oliveira, pelos dados fornecidos e pelo auxílio na análise destes dados.

Aos professores e amigos do curso de Pós-Graduação em Linguística

À minha amiga Aparecida Rodrigues, pelo incentivo.

À Suzana, à Niki e ao Luciano, pela amizade e disponibilidade.

Ao CNPq, que subsidiou financeiramente esta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa aborda alguns aspectos morfológicos e sintáticos e a marcação de caso da língua Kaingáng. Objetiva explicar a atribuição de caso desta língua, enquadrando-a no padrão das línguas nominativas/acusativas ou ergativas/absolutivas.

Os dados analisados foram coletados com o auxílio de quatro falantes bilingües Kaingáng-Português, provenientes de Postos Indígenas situados a noroeste do Rio Grande do Sul. Além destes, foram utilizados também dados coletados por Gilvan Miler de Oliveira e por Andrea de Sousa, bem como dados que constam na literatura de descrição da língua Kaingáng.

A fim de caracterizar os padrões casuais nominativo/acusativo e ergativo/absolutivo, parte-se de Dixon(1979,1994), e se reinterpreta as idéias deste autor em termos da gramática gerativa.

A perspectiva da gramática gerativa interpreta modularmente a marcação de caso nas línguas, distingue caso de papel temático e considera a estrutura argumental/temática dos verbos para explicar a atribuição de caso abstrato.

Esta pesquisa verificou que a língua Kaingáng segue o padrão da ergatividade cindida ou “split ergativity”.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to investigate some morphological and syntactic aspects and the case attribution in the Kaingáng language. It aims to establish the Kaingáng casual pattern as nominative/accusative or ergative/absolutive.

The data were collected with the assistance of four bilingual speakers Kaingáng-Portuguese, from the Northwest of Rio Grande do Sul. Besides, some data from Gilvan Miler de Oliveira and Andrea de Sousa were used as well as some which are found in the literature of the Kaingáng language.

This research analyses case attribution in the Kaingáng language based on the generative grammar and follows Dixon's(1979,1994) characterization for the casual patterns as nominative/accusative or ergative/absolutive. The generative grammar deals with the case attribution considering the verbal phrase to explain the case marking.

This study points out that the Kaingáng language follows the split ergative pattern.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ac	acusativo
abl	ablativo
abs	absolutivo
asp	aspecto
erg	ergativo
excl	exclamação
fem	feminino
int	interrogação
neg	negação
nom	nominativo
obl	oblíquo
pl	plural



## SUMÁRIO

Resumo	V
Abstract	VII
Lista de abreviaturas	VIII
INTRODUÇÃO	01
I HISTÓRICO DA LÍNGUA E DO GRUPO KAINGÁNG	03
1.1. Introdução	03
1.2. Afiliação lingüística: Kaingáng, língua da família lingüística Jê	04
1.3. Número de falantes de línguas indígenas brasileiras	12
1.4. Localização geográfica do grupo Kaingáng	13
1.5. Dialetos Kaingáng	16
1.6. Padrão de vida	18
1.7. Bibliografia sobre a língua Kaingáng	19
1.8. Histórico do grupo Kaingáng	20
II ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS DO KAINGÁNG	24
2.1. Introdução	24
2.2. Ordem dos elementos na sentença do Kaingáng	27
2.3. Marcação temporal e aspectual	34
2.3.1. Introdução	34
2.3.2. O tempo no Kaingáng	36
2.3.3. O aspecto no Kaingáng	40

III	A MARCAÇÃO DE CASO NO KAINGÁNG	45
3.1.	Introdução	45
3.2.	A noção de caso na Gramática Gerativa	48
3.3.	O caso no Kaingáng	55
3.3.1.	Introdução: Kaingáng, Latim e Português	55
3.3.2.	Tipologia do Kaingáng	58
3.3.2.1.	Dixon (1979, 1994)	58
3.3.2.2.	A Gramática Gerativa	63
3.3.2.3.	O Kaingáng	66
3.3.3.	A marcação de caso no Kaingáng	71
	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

## INTRODUÇÃO

A língua Kaingáng é uma língua indígena falada no sul do Brasil, nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, por cerca de dez mil falantes. Wiesemann(1981) distingue cinco dialetos Kaingáng: dialeto São Paulo, dileto Paraná, dialeto Central, dialeto Sudeste e dialeto Sudoeste.

Os dados utilizados neste trabalho foram coletados com o auxílio de quatro falantes bilingües Kaingáng-Português: Maria Castorina da Silva, 28 anos, do Posto Indígena de Guarita; José Vergueiro, 27 anos, do Posto Indígena de Nonoai; Felipe da Silva, 48 anos, do Posto Indígena de Guarita, e Pedro Sales, 26 anos, também do Posto Indígena de Guarita. Todos os informantes são provenientes de Postos Indígenas situados a noroeste do Rio Grande do Sul.

A coleta dos dados deu-se em duas etapas: na primeira etapa, aplicaram-se tarefas espontâneas (gravação e transcrição de histórias narradas pelos informantes), e, na segunda etapa, aplicaram-se tarefas controladas (gravação e transcrição de questionários). Além destes dados, utilizaram-se dados coletados por Gilvan Miler de Oliveira e por Andrea de Sousa. A

grafia adotada neste trabalho para a transcrição dos dados é a mesma utilizada por Wieseemann(1981).

Desde o início, houve uma preocupação bastante grande em conferir ao texto um caráter didático, a fim de torná-lo acessível e útil aos falantes da língua Kaingáng. Desta forma, procurou-se retribuir a dedicação dispensada pelos Kaingáng durante a elaboração desta dissertação.

O trabalho representa uma tentativa de dar um tratamento modular à descrição de uma língua indígena. Assim, para explicar a atribuição de caso no Kaingáng, distingue-se caso semântico de caso abstrato, descartando-se o primeiro deles.

Este tratamento modular possibilita que se diferencie caso de papel temático e observa a grade temática dos verbos para explicar a atribuição de caso. Desta forma, não é necessário lançar mão diretamente de explicações de ordem semântica.

O trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte trata da língua e o grupo Kaingáng, apresentando a situação em que se encontra o Kaingáng. A segunda e a terceira partes descrevem a língua.

A segunda parte aborda questões da morfologia e da sintaxe do Kaingáng, relevantes para explicar a marcação casual. A terceira parte trata da marcação de caso, reconhecendo para o Kaingáng o padrão casual da ergatividade “split”, ou ergatividade cindida.

# **CAPÍTULO I**

## **HISTÓRICO DA LÍNGUA E DO GRUPO KAINGÁNG**

### **1.1. Introdução**

O propósito deste capítulo é auxiliar o leitor a compreender a realidade do povo Kaingáng, sua história e sua cultura. Destacando algumas características deste grupo, pretende-se prestar uma homenagem aos falantes desta língua.

As informações foram coletadas de estudos lingüísticos e antropológicos, e a grafia dos nomes dos povos indígenas e de suas línguas obedece a uma convenção estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia em mil novecentos e cinquenta e três, e que vem, desde então, sendo adotada por antropólogos e lingüistas.

A grafia adotada por esta convenção para a língua Kaingáng , e que será respeitada ao longo deste trabalho, é *Kaingáng*. Entretanto, muitos falantes alfabetizados adotam a grafia *Kanhgàg*. Segundo Simonian(1973), este nome significa *morador do mato*: *kaa* (morador), *ingáng* (árvore, mato).

São também conhecidos como *Coroados* devido ao seu corte de cabelo assemelhar-se a uma coroa. Pelos Tupi, são chamados de *Irati-inhacáme*, que significa *cera na cabeça*. Na antiga literatura histórica são referidos como *Cerados*.

## **1.2. Afiliação lingüística: Kaingáng, língua da família lingüística Jê**

O Kaingáng é uma língua indígena que faz parte da família Jê. Esta família compreende línguas faladas sobretudo nas regiões de campos cerrados, que se estendem do sul do Maranhão e do Pará em direção ao sul do Brasil, pelos estados de Goiás e Mato Grosso até São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Segundo Rodrigues(1986:47-48), as línguas que hoje se reconhece como pertencentes à família lingüística Jê se subdividem em quatro grupos:

1. Grupo Timbira: compreende a língua dos índios Canela, Krinkatí, Pukobyé e Krenjé, no estado do

Maranhão, dos índios Parakáteye, no estado do Pará e dos Krahô, no estado de Goiás.

2. Grupo Kayapó: abrange as línguas dos Kubenkrankegn, Kubenkrangnotí, Menkrangnotí, Kokraimôro, Gorotire e Xikrin, no Pará e dos Txukahamãe no Mato Grosso.

3. Grupo Akwén: inclui as línguas dos Xavánte, no Mato Grosso, dos Xerénte, em Goiás e a dos Xakriabá do norte de Minas Gerais.

4. Grupo Kaingáng: formado pela língua dos Kaingáng, falada nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e pela língua dos Xoklég, falada no estado de Santa Catarina.

Segundo Rodrigues(1986), a língua Kaingáng é a mais diferenciada das línguas da família lingüística Jê. Esta diferenciação pode ser vista no quadro (1), que traz uma mostra comparativa de algumas palavras de cinco línguas desta família:

**(1) Quadro Comparativo de Línguas Indígenas da Família Jê**

	Canela	Kayapó	Xavánte	Xerénte	Kaingáng
perna	tè	te	te	zda	fa
olho	tò	nò	tò	tò	kanē
sol	pyt	myt	bââdâ	bdâ	rã
pedra	k <sup>h</sup> èn	kèèn	'ēēnē	knē	pò
asa	haaraa	'ara	djèèrè	sdarbi	fer

(Rodrigues, 1986:48)

As correspondências sonoras aproximam as línguas Canela, Kayapó, Xavánte e Xerénte, distanciando-as do Kaingáng. Para *olho*, por exemplo, aquelas línguas apresentam palavras com apenas uma vogal final: /o/. O Kaingáng, entretanto, apresenta uma palavra com duas vogais (*kanē*), sendo que nenhuma delas é /o/.

A família lingüística Jê compõe, juntamente com um grande número de outras famílias, o tronco Macro Jê. Entretanto, não se dispõe de muitas evidências da afiliação de certas famílias ou línguas a este tronco, de forma que a constituição do tronco Macro Jê é ainda altamente hipotética (Rodrigues, 1986:49).

Os indícios do parentesco das línguas que compõem o tronco Macro Jê vêm de correspondências regulares entre os sons (ver (1)), de um certo número de palavras cognatas (isto é, de mesma origem) e da identidade histórica entre os grupos. Além disso, essas línguas têm em comum algumas características gramaticais: todas elas exprimem a relação entre um objeto e seu possuidor por meio de elementos gramaticais antepostos ao nome do objeto.

Na maioria dessas línguas, esses elementos gramaticais são afixos (partes dos nomes), mas em Kaingáng são pronomes, isto é, palavras distintas dos nomes. O quadro (2) mostra como alguns



desses elementos possessivos têm constituições sonoras semelhantes, o que determina uma possível origem em comum:

## (2) Quadro dos Possessivos em Línguas Indígenas

	meu	teu	dele	dele mesmo
Xavánte	ii-	a-	ĩ-	ti-
Boróro	i-	a-	(e-)	ty-
Kaingáng	ĩñ	ã	ti-	—

(Rodrigues, 1986:55)

A interpretação dos dados apresentados em (2) é dada por Rodrigues(1986:55): o Boróro apresenta /e-/ para *deles*, que é um possível cognato de /i-/, já que /i-/ significa *dele* ou *deles* na maioria das línguas da família Jê. Para *dele*, o Boróro apresenta /u-/ ou zero, que não parecem ser cognatos de /i-/. O Xavánte apresenta /ii-/ para *meu*, /a-/ para *teu*, /ĩ-/ para *dele* e /ti-/ para *dele mesmo* (reflexivo).

Todos esses elementos são afixos, isto é, partes dos nomes.

Aparentemente, o Kaingáng deslocou o pronome /ti/ do uso reflexivo para o não reflexivo, e introduziu /ã/ para o uso reflexivo. Embora /ã/ seja idêntico ao pronome de segunda pessoa, ainda não se sabe se esses pronomes têm a mesma origem.

Se, por um lado, os elementos gramaticais apresentados em (2) assemelham-se pela constituição sonora; por outro, diferenciam-se enquanto afixos ou pronomes. Enquanto que a maioria das línguas da família lingüística Jê expressam a relação entre objeto e possuidor por meio de afixos (*ii-*, *a-*, *ĩ-*, *ti-*, *ty-*, por exemplo), o Kaingáng expressa essa mesma relação através de palavras que são partes distintas dos nomes. Numa sentença, essas palavras ocorrem como em (3) (4) e (5):

(3) ti vyj  
dele arco  
“arco dele”

(4) ã vyj  
teu arco  
“teu arco”

(5) Iñ<sup>1</sup> vyj  
meu arco  
“meu arco”

O quadro (6) apresenta as línguas que se reconhece como pertencentes ao tronco Macro Jê, a localização geográfica e o número de falantes de cada uma. A notação é a mesma apresentada

---

<sup>1</sup> Rodrigues(1986) apresenta a grafia *iñ* para *meu*. Entretanto, optamos pela grafia *inh*, uma vez que esta é a apresentada por Wiesemann(1981).

por Rodrigues(1986): quando o número de falantes está entre parênteses, seguido de um ponto de interrogação, significa que não se conhece o número exato de falantes daquela língua, representada por uma população indicada pelo número entre os parênteses:

### (6) Quadro das Línguas do tronco Macro Jê

LÍNGUAS	ESTADO	FALANTES
<u>Família Boróro</u>		
Boróro (Boróro Oriental, Orari)	MT	725
Umutina (Barbados)	MT	160
<u>Família Botocudo</u>		
Krenák, Nakrehé	MG, SP	70 (15?)
<u>Família Jê</u>		
Akwén (Akwē), Xakriabá (Xikriabá)	MG	(3.500) ?
Xavánte (A'wē)	MT	4.413
Xerénte (Akwē)	GO	850
Apinayé	GO	508
Kaingáng (Coroado)	RS, SC, PR, SP	10.426
Kayapó		
Gorotire	PA	1.030
Kararaô	PA	26
Kokraimôro	PA	120

Kubenkrangnotí	PA	?
Kubenkrankegn	PA	361
Menkrangnotí	PA	?
Tapayúna (?)	MT	26
Txukahamãe (Mentuktíre)	MT	202
Xikrin (Xikrĩ)	PA	469
Kren-akarôre	MT	31
Suyá	MT	114
Timbira		
Canela Apâniekra	MA	274
Canela Rramkókamekra	MA	718
Gavião do Pará (Parakáteye)	PA	173
Gavião do Maranhão (Pukobyé)	MA	306
Krahô	GO	894
Krëyé (Krenjé)	MA	30
Krikatí (Krinkati)	MA	325
Xakléng (Aweikoma)	SC	634
<u>Família Karajá</u>		
Javaé	GO	383
Karajá	GO, MT	1.194
Xambioá	GO	102
<u>Família Maxakalí</u>		
Maxakalí	MG	500
Pataxó	BA	(1.762)?
Pataxó Hãhãhãe	BA	(1.270)?

<u>Outras línguas</u>		
Guató	MS	220
Rikbaktsá (Erikbaktsá, Arikpaktsá)	MT	466
Yatê (Fulniô, Karnijó)	PE	4.000
Ofayé (Ofayé-Xavánte)	MS	23

(Rodrigues, 1986:56)

### **1.3. Número de falantes de línguas indígenas brasileiras**

Quanto ao número de falantes, a maioria das línguas indígenas do Brasil apresenta um quadro caótico. Nesses quinhentos anos de confronto cultural entre brancos e índios, cerca de mil línguas desapareceram. De mil e duzentas línguas indígenas, hoje contamos com apenas cento e oitenta (Rodrigues, 1993).

Este número representa apenas quinze por cento das línguas que se falava no Brasil à época do descobrimento. De duzentas e vinte tribos indígenas, cerca de quarenta delas não falam mais a sua língua nativa. As cento e oitenta línguas que restaram sobrevivem hoje em condições precárias, com pequeno número de falantes. Apenas quatro delas são faladas por mais de dez mil pessoas: Ticuna, Terena, Macuxi e Kaingáng.

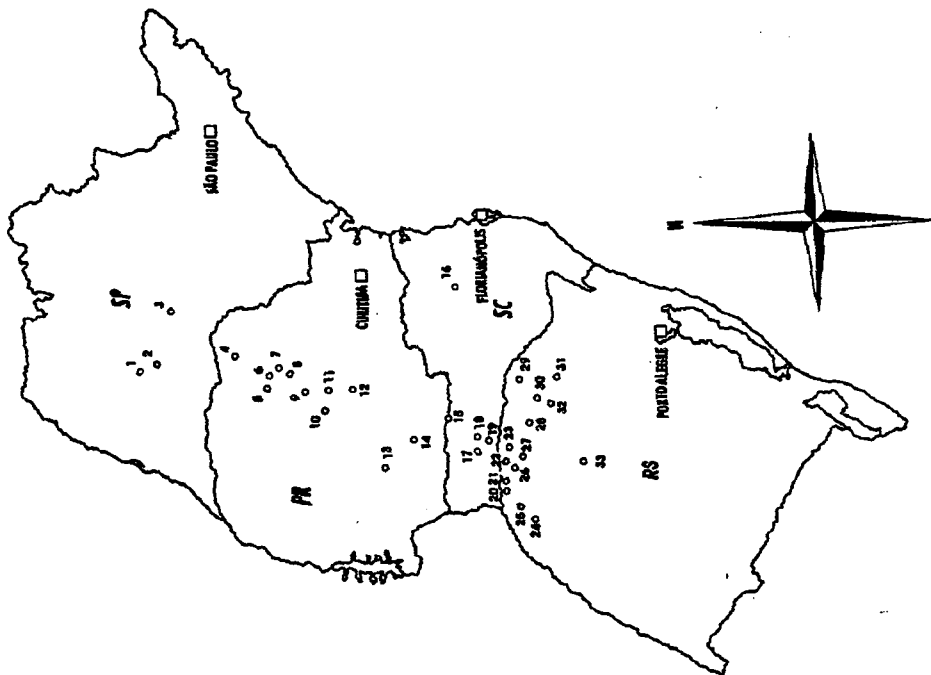
Assim, frente a estes dados, o Kaingáng apresenta uma demografia lingüística bastante privilegiada. Em 1986, o número estimado de falantes era de dez mil, quatrocentos e vinte e seis (Rodrigues, 1986:56). Entretanto, em 1988, o número registrado era de dezesseis mil (Teixeira, 1988: 44). Embora não seja possível precisar o número de falantes, é provável que ele seja superior a dez mil. Em comparação com as demais línguas indígenas do Brasil, a demografia Kaingáng é representativa.

#### **1.4. Localização geográfica do grupo Kaingáng**

Na época de maior expansão, os Kaingáng ocupavam regiões muito extensas nos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, chegando a atingir os limites do território argentino. Hoje, habitam esses mesmos estados, porém em regiões bem menos extensas e demarcadas como Postos Indígenas. O mapa I (Prezia e outros, 1994:12-13) indica esta distribuição geográfica dos Kaingáng pelo território brasileiro.

## Mapal

REF. MAPA	ÁREA INDÍGENA	MUNICÍPIO	UF
1	Icatu	Bratás	SP
2	Yanuire	Tupã	SP
3	Araribá	Araí	SP
4	Laranjinha	Santa Amélia	PR
5	Apucarana	Londrina	PR
6	Barão de Antonina II	São Jerônimo da Serra	PR
7	Barão de Antonina I	São Jerônimo da Serra	PR
8	Tibagy	Ortigueira	PR
9	Queimadas	Ortigueira	PR
10	Ivaí	Manoel Ribas	PR
11	Faxinal	Cândido de Abreu	PR
12	Marracas	Guarapuava, Prudentópolis, Turvo	PR
13	Rio das Cobras	Laranjeiras do Sul	PR
14	Mangueirinha	Mangueirinha	PR
15	Palmas	Abelardo Luz, Palmas	SC, PR
16	Ibitama	José Boiteux	SC
17	Xaçapé	Abelardo Luz, Xanxerê, Xaxim	SC
18	Pinhal	Seara	SC
19	Toldo Chimbangue	Chapecô	SC
20	Vicente Dutra	Vicente Dutra	RS
21	Kaingang de Itai	Itai	RS
22	Nonoai	Nonoai, Planalto	RS
23	Votoaro	São Valério	RS
24	Inhacorá	São Valério	RS
25	Guarita	Miraguaí, Redentora, Redentor Portela, Erval Seco	RS
26	Kaingang do Rio da Várzea	Liberato Salzano, Rodeto Bonito	RS
27	Serrinha	Constantina, Três Palmeiras, Engenho Velho, Ronda Alta	RS
28	Vemarra	Erebango	RS
29	Cacique Double	Cacique Double	RS
30	Ligeira	Charruá	RS
31	Toldo de Caseros	Ibiraiaras, Moliterno	RS
32	Carreteiro	Água Santa	RS
33	Borboleta	Espumoso	RS





O mapa I indica a distribuição dos Postos Indígenas nos seguintes municípios: em São Paulo, habitam os Postos Indígenas Vanuíre (município de Tupã), Icatu (Braúna) e Araribá (Avaí). No estado do Paraná, encontram-se nos seguintes Postos Indígenas ao norte do rio Iguaçu: Laranjinha (Santa Amélia), Apucarana (Londrina), Barão Antonina I e II (São Jerônimo da Serra), Queimadas e Tibagy (Ortigueira), Ivaí (Manoel Ribas), Faxinal (Cândido de Abreu), Rio das Cobras (Laranjeiras do Sul) e Marrecas (Guarapuava, Prudentópolis, Turvo); e, ao sul do Paraná, nos Postos Indígenas Mangueirinha (Mangueirinha) e Palmas (Abelardo Luz).

Em Santa Catarina, encontram-se concentrados no Postos Indígenas Xapecó (Abelardo Luz, Xanxerê, Xaxim), Toldo Chimbanguê (Chapecó), Ibirama (José Boiteux) e Pinhal (Seara). No Rio Grande do Sul, habitam os Postos Indígenas a noroeste e a nordeste do estado. A noroeste, concentram-se nos Postos Indígenas Nonoai (Nonoai, Planalto), Guarita (Redente Portela, Erval Seco, Miraguai, Redentora), Inhacorá (São Valério), Kaingáng de Traí (Irai), Vicente Dutra (Vicente Dutra) e Kaingáng do Rio da Várzea (Liberato Salzano, Rodeio Bonito). A nordeste, concentram-se nos Postos Indígenas Ligeira (Charrua), Carreteiro (Água Santa), Cacique Doble (cacique Doble), Ventarra (Erebango), Toldo de Caseros (Ibiraiaras, Moliterno), Borboleta (Espumoso), Serrinha (Constantina, Três Palmeiras, Engenho Velho, Ronda Alta) e Votouro (São Valentim) (Prezia e outros, 1994).

### 1.5. Dialetos Kaingáng

Hoje contamos com cinco dialetos Kaingáng - dialeto São Paulo, dialeto Paraná, dialeto Central, dialeto Sudoeste e dialeto Sudeste - falados nos seguintes estados e Postos Indígenas (Wiesemann, 1981:259-260):

1. Dialeto São Paulo: falado no estado de São Paulo, nos Postos Indígenas Vanuíre, Icatu e Araribá.

2. Dialeto Paraná: falado ao norte do rio Iguaçu, nos Postos Indígenas Apucarana, Barão Antonina I e II, Quiemdas, Ivaí, Faxinal e Rio das Cobras. Todos no estado do Paraná.

3. Dialeto Central: falado ao sul do Paraná e Santa Catarina, nos Postos Indígenas Mangueirinha e Palmas (no estado do Paraná) e Xapecó (no estado de Santa Catarina).

4. Dialeto Sudoeste: falado ao noroeste do Rio Grande do Sul, nos Postos Indígenas Nonoai, Guarita, Inhacorá, e por algumas famílias em Votouro.

5. Dialeto Sudeste: falado ao nordeste do Rio Grande do Sul, nos Postos Indígenas Votouro, Ligeira, Carreteiro e Cacique Double.

Contrastando os dados de Preziosa(1994) com os de Wiesemann(1981), não foi possível caracterizar dialetalmente a língua Kaingáng que é falada nos seguintes Postos Indígenas: Tibagy,

Laranjinha e Marrecas, no estado do Paraná; Ibirama, Pinhal e Toldo Chimbanguê, no estado de Santa Catarina; Kaingáng de Traí, Vicente Dutra, Kaingáng do Rio da Várzea, Ventarra, Toldo de Caseros, Borboleta e Serrinha, no estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com Wieseemann(1981:260), os dialetos caracterizam-se pelo emprego do vocabulário, pelo uso ou não de formas alternantes de substantivos e de critivos, por diferenças de pronúncia e por preferência de certas construções gramaticais.

Quanto à pronúncia, os dialetos mais diferenciados são os do Paraná e do Sudeste, que distinguem as pronúncias /ẽ/ e /ã/. Quanto às construções gramaticais, a que mais os caracteriza é a construção negativa. Os dialetos do sul (Sudeste e Sudoeste) usam a forma /pi/ em construções negativas, que aparece posposto DP sujeito, e, conforme Wieseemann(1981:261) “funciona como indicador de sujeito”:

- (7) Inh    *pi*    *kuja*    *kutẽm*    *mũ*  
       eu    neg    cuia    derrubar    asp  
       “Eu não vou derrubar a cuia.”

Os dialetos do Centro e do Paraná, entretanto, preferem as construções com /tu/, em que /tu/ indica negação e “funciona como indicador de modo” (Wieseemann, 1981:261).

Apesar de parecer pequenas, a soma dessas diferenças pode tornar difícil a comunicação entre falantes Kaingáng de dialetos distintos.

### **1.6. Padrão de vida**

O padrão de vida dos Kaingág, em geral, é muito baixo. Passando pelas mesmas dificuldades enfrentadas pelo homem do campo, ainda sofrem o agravante de serem considerados “não civilizados” na concorrência com aquele. As condições de saúde são precárias. Não recebendo assistência médica constante, são freqüentemente atingidos por verminoses e gripes.

Para sua subsistência, atualmente contam com a produção do roçado (feijão, milho, arroz). Segundo Simonian(1973), esta produção é retirada, em média, da área de 1 a 1,5 ha, e supre apenas as necessidades mínimas da família até a próxima colheita.

Para tentar sanar esta deficiência, muitas vezes os Kaingáng trabalham para os proprietários de terra da região. Além da atividade agrícola, fabricam artesanato (cestos, arcos, anéis, colares), que vendem em feiras livres. Como raramente obtêm algum excedente pelo comércio que praticam, suas condições de vida são hoje bastante precárias.

### 1.7. Bibliografia sobre a língua Kaingáng

Sobre a língua e o povo Kaingáng, é possível encontrar vários estudos, alguns publicados e outros inéditos. Sobre a descrição da língua Kaingáng, merecem destaque a gramática e o dicionário organizados por Wiesemann(1972 e 1981, respectivamente).

Do dialeto do Paraná, há uma descrição fonêmica organizada por Kindell(1961). Ainda deste mesmo dialeto, existe o trabalho de Cavalcante(1987), que contrastou a fonologia e a morfologia dos dialetos Paraná e São Paulo. Do dialeto Sudoeste, há uma análise fonológica preliminar organizada por Teixeira(1988).

Vale constar ainda a existência de cartilhas organizadas por representantes do Summer Institute of Linguistics (SIL) e da FUNAI (1977), visando a alfabetização dos Kaingáng em português para o ingresso em escolas brancas.

Salvo algumas ressalvas, como o tratamento privilegiado dado a um determinado dialeto em detrimento de outro e a desatualização da descrição lexical, só esta bibliografia citada já confere à língua um *status* privilegiado, se comparada às demais línguas indígenas do Brasil.

### 1.8. Histórico do grupo Kaingáng

Os Kaingáng são considerados remanescentes dos Guaianá do interior do Brasil. A denominação *Guaianá* designava várias tribos indígenas que tinham relações entre si, e que se diferenciavam dos Guarani pelos costumes e pela língua.

Numa época mais antiga, os Kaingáng conservavam seu traço característico que indicava esta descendência: cortavam o cabelo em forma de coroa, de onde se deve derivar o apelido *Coroados*.

Segundo Becker(1976), a história do grupo Kaingáng pode ser dividida em três épocas distintas: os séculos XVI, XVII e XVIII, o século XIX e o século XX.

Os séculos XVI, XVII e XVIII determinam o período mais antigo do grupo, que vivia em isolamento quase total, salvo contatos intermitentes com bandeirantes portugueses. Neste período, ainda não havia influência jesuítica. A esta época, são descritos como índios facilmente contentáveis, vivendo da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres. Eram inimigos da antropofagia.

Construíam suas habitações fixando um tronco de árvore de cuja ponta desciam quatro paus em forma de cruz. O interior de suas casas era dividido em compartimentos separados por folhas de palmeira. Mantinham comunicação por meio de picadas, que ligavam umas aldeias às outras, mas eram pouco trilhadas.

As mulheres vestiam-se com uma espécie de túnica feita de fibra de urtiga, que descia até os pés e deixava os braços descobertos. Os homens andavam nus, com exceção de alguns que usavam camisas curtas. As cordas dos arcos eram feitas do mesmo material que as túnicas das mulheres, fibra de urtiga. As pontas das flechas eram largas a fim de abrir uma ferida na caça, o que facilitava seguir o seu rastro.

Realizavam o ritual da festa dos mortos (Kĩkĩ), pois acreditavam na sobrevivência da alma. Eram sujeitos aos feiticeiros que tinham função curativa e religiosa.

O segundo período da história Kaingáng, século XIX, é considerado como uma época intermediária. Há a passagem do contato intermitente para o contato permanente. Neste período, houve duas grandes interferências: uma no território, outra na organização do grupo. A influência no território deve-se ao início da colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul, a partir de mil oitocentos e vinte e quatro e mil oitocentos e setenta e cinco, respectivamente.

As transformações na organização do grupo se dão em consequência do trabalho missionário jesuítico, que inicia por volta de mil oitocentos e quarenta e oito (Becker, 1976:15). Estes dois fatores de transformação modificaram de tal forma os padrões sócio-culturais do grupo, a ponto de quase levá-los à desintegração.

Os Kaingáng do século XIX habitavam a mesma área em que se encontravam os Guaianá nos séculos XVII e XVIII. Entretanto, esta

descendência permanece em dúvida, uma vez que os próprios Kaingáng dizem ter vindo de São Paulo. Os dados demográficos deste segundo período (Becker, 1976) apresentam certa estabilidade se comparados aos dados do período anterior.

Inicialmente eram polígamos, mas não permitiam o casamento entre parentes próximos. Havia duas metades exogâmicas, e o casamento entre membros da mesma metade era proibido.

Os homens, que até então viviam nus, passam a vestir uma tanga feita de fibra de caraguatá (fibra vegetal) a partir do contato com os jesuítas. Depois, vestem-se com uma espécie de pala fabricado daquela mesma fibra.

A vestimenta inicial das mulheres era uma espécie de saia curta feita também de fibra vegetal, envolta por um cinto largo tingido de preto. Quarenta anos depois disto, tanto os homens quanto as mulheres já usavam vestimentas como as dos brancos.

Apesar de menos redutoras do que aquelas sofridas pelo grupo Guarani, as transformações deste período modificaram *consideravelmente o estilo de vida Kaingáng*. É neste período que o grupo toma o aspecto sob o qual vai se apresentar no século que segue.

A terceira fase, século XX, é a fase do Kaingáng contemporâneo. O grupo apresenta-se aculturado e reduzido numericamente, mas não assimilado pela cultura dos brancos. Nos dias de hoje, seu caráter é humilde e submisso, provavelmente devido à catequização que iniciou já



no século anterior. Conforme Becker(1976:23), conservam sua língua nativa ao lado do português mal falado e cultuam a memória de seus antepassados. O grupo se mantém dividido em duas metades, preservando a tradição milenar. A preferência matrimonial recai sobre indivíduos da mesma etnia, mas de grupo distintos.

Suas casas estão sendo substituídas por ranchos de madeira, às vezes com divisão interna e assoalhadas. A caça, a pesca, a coleta e a agricultura ainda são as principais atividades de subsistência do grupo.

Apesar de seus hábitos artesanais estarem reduzidos à confecção de chapéus, cestos e adornos, a produção do artesanato auxilia até hoje na renda da família. Devido à ação dos missionários, as idéias religiosas do grupo foram brutalmente modificadas, sendo difícil caracterizá-los quanto à religião.

A maioria do grupo enterra seus mortos em caixões de madeira, e não mais com os joelhos dobrados, num cerimonial festivo que se prolonga por um dia inteiro.

## **CAPÍTULO II**

### **ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS DO KAINGÁNG**

#### **2.1. Introdução**

A maioria dos trabalhos sobre o Kaingáng abordam aspectos fonológicos e morfológicos. Nestes campos, eles representam significativa contribuição para a descrição e documentação daquela língua. No que diz respeito à sintaxe, entretanto, o quadro não é o mesmo.

Esta situação é mais ou menos esperada, uma vez que a maioria destes trabalhos foram realizados por estruturalistas, que dispunham de teorias desenvolvidas em fonologia e em morfologia, mas não em sintaxe. A concepção estruturalista é de que o nível morfológico deve poder dar conta da descrição das línguas (Miotto, 1995). Uma vez que os processos gerais que

as regem subordinam todos os níveis de descrição gramatical, então os processos morfológicos, mais primitivos, devem ser capaz de dar conta também dos mecanismos sintáticos que regem as línguas.

Resulta desta concepção a idéia de que os aspectos sintáticos deveriam ser plenamente descritos pelas mesmas leis que se estabelece para a descrição dos aspectos morfológicos das línguas. O estruturalismo americano (Bloomfield, 1935), por exemplo, considera que os processos gramaticais que regem a combinação das formas presas em vocábulos e das formas livres em sentenças são os mesmos. O estruturalismo europeu (Saussure, 1955), da mesma forma, aponta para a economia das relações sintagmáticas, que serviriam para formar palavras ou sentenças quando aplicadas num ou noutro nível.

Por um lado, os estruturalistas não diferenciam os níveis de análise lingüística. Por outro, entretanto, distinguem aquilo que deve ser da competência de cada um: enquanto que o nível da palavra, por exemplo, deveria ficar por conta da morfologia, o nível da sentença deveria ficar por conta da sintaxe.

A distinção que estabelecem repousa na idéia de que o nível morfológico trata da palavra, entendida como representante do signo (significante) e como um fato da *langue*. O nível sintático, por sua vez, trata da função que

estas palavras exercem na sentença, entendida como um fato da *parole* (Mioto,1995).

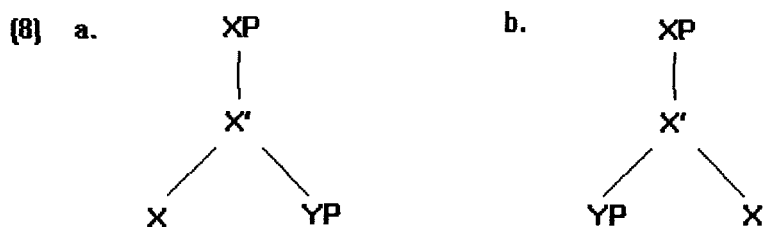
Neste capítulo, apresenta-se aspectos interessantes da sintaxe do Kaingáng, como a ordem sentencial (seção 2.2.) e a marcação temporal e aspectual (seção 2.3.). A primeira seção representa a estrutura sentencial do Kaingáng e enquadra esta língua no grupo das línguas núcleo-finais.

A segunda seção mostra que a partícula aspectual é o núcleo da sentença e ocupa a posição final. Além disso, faz-se a diferenciação entre a marcação de tempo e de aspecto.

## 2.2. Ordem dos elementos na sentença do Kaingáng

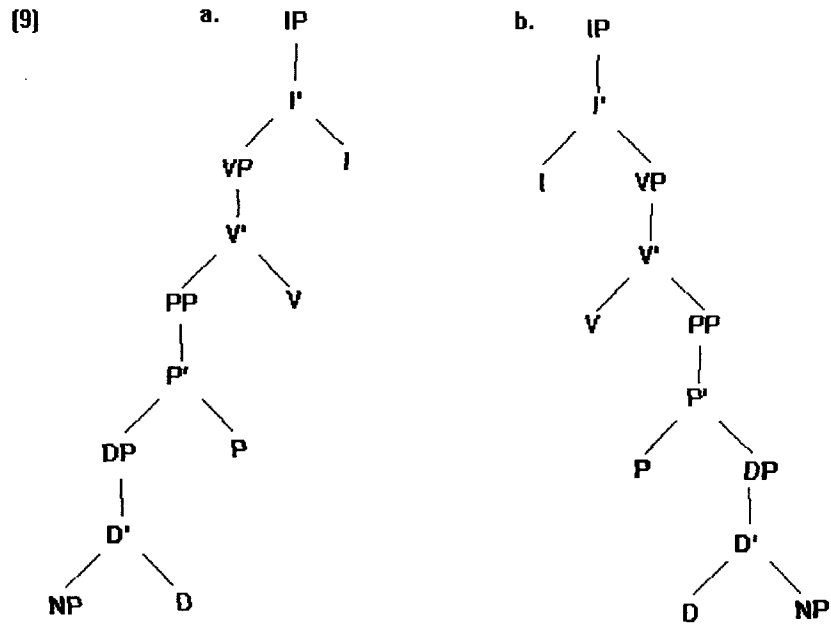
Tipologicamente, as línguas podem ser enquadradas em dois grupos no que diz respeito à ordem dos núcleos e complementos: ou uma língua é núcleo-inicial ou núcleo-final. Na Teoria de Princípios e Parâmetros, desenvolvida a partir de Chomsky(1981), isto é dado como um parâmetro, uma propriedade (ou conjunto de propriedades) que variam de uma língua para outra.

Em termos da teoria X-barras, a ordem entre o núcleo e o complemento pode ser representada como (8):



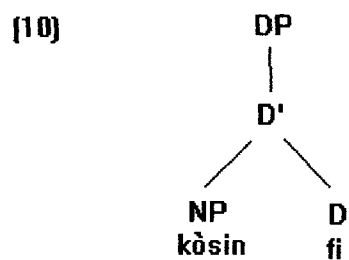
Isto é, ou o complemento precede o núcleo X ou o segue. A escolha paramétrica do português é (8a) e a do Kaingáng é (8b).

A estruturação de uma sentença em uma dessas línguas é a imagem em espelho da outra. Supondo que as categorias funcionais e lexicais das duas línguas sejam equivalentes, uma sentença poderia ser estruturalmente representada como em (9):

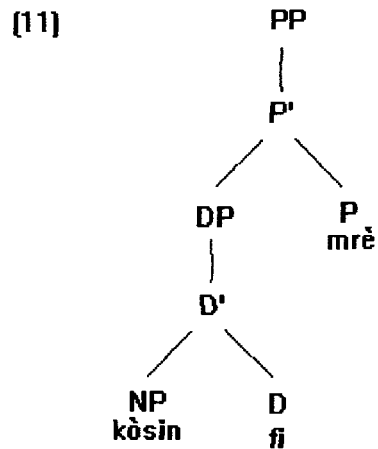


As representações em (9), que deixam de lado os especificadores de cada categoria, mostram que, no português, o núcleo antecede o complemento, e, no Kaingáng, o núcleo o segue, ocorrendo na posição final do sintagma.

A definição do Kaingáng como uma língua núcleo-final explica que um DP como *kòsin fi* (*a filha*) seja representado como (10):



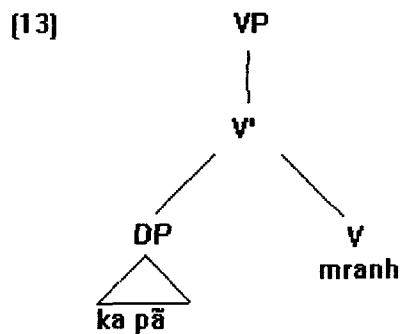
Sendo uma língua núcleo-final, o Kaingáng vai ter posposição ao invés de preposição. Assim, o PP *kòsin fi mrè* (*com a filha*) é representado como (11):



A posposição *mrè* (*com*), como núcleo do sintagma, ocupa a posição final, e é antecedida pelo seu complemento *kòsin fi* (*a filha*).

De modo paralelo, os complementos verbais são apresentados à esquerda do núcleo verbal. Em (12), o verbo *mranh* (*quebrar*), que encabeça o VP, toma *ka pã* (*o galho da árvore*) como complemento à esquerda, o que é representado em (13):

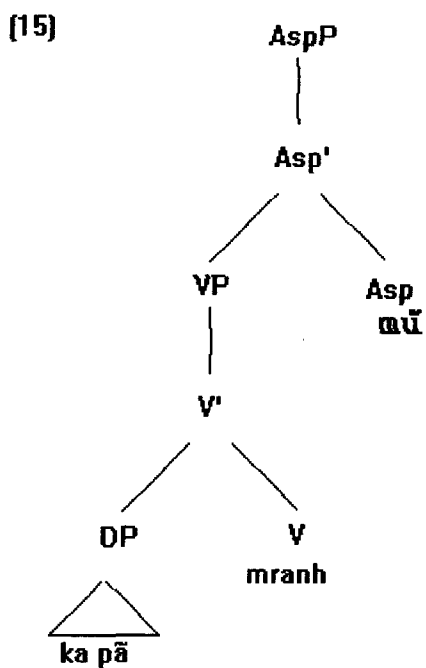
- (12) ka pã mranh  
 árvore galho quebrar



O complemento PP de um verbo também é representado à esquerda.

Acrescentando a categoria de aspecto (AspP) à representação (12), compõe-se (14) e (15), onde ainda não aparece o argumento externo:

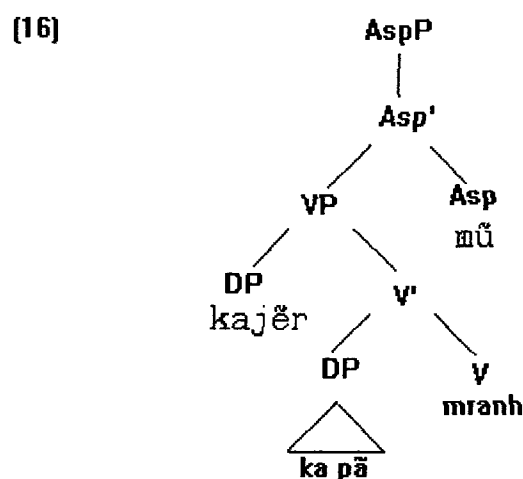
- (14) ka pã mranh mũ  
 árvore galho quebrar asp  
 “Quebra o galho da árvore.”





O núcleo Asp é preenchido pela partícula *mũ*, que responde pelo imperfeito.

Supondo que o sujeito é gerado dentro do VP (ver Koopmann & Sportiche(1991), mas  $V^{\max}$  foi eliminado para simplificar), a representação seria (16), onde *kajěr* figura como argumento externo do verbo *mranh*:

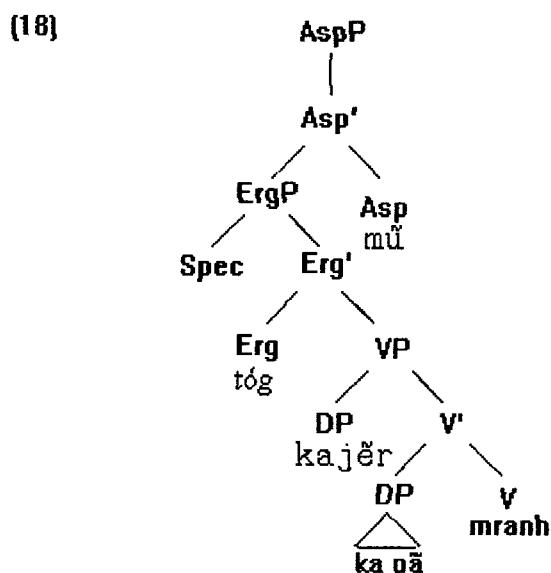


Por fim, (17) contém uma sentença finita do Kaingáng:

- (17) kajěr tòg ka pã mranh mũ  
 macaco erg árvore galho quebrar asp  
 “O macaco quebra o galho da árvore.”

Em (17), *tòg* é o elemento que atribui caso a *kajěr* (*o macaco*). O rótulo *Erg* é usado como um artifício que permite contornar as dúvidas acerca da caracterização tipológica do Kaingáng: se língua

ergativa/absolutiva, então *Erg* equivale a caso ergativo; se língua nominativa/acusativa, então *Erg* equivale a caso nominativo. A decisão será adiada até o Capítulo III em que será abordada a marcação casual no Kaingáng. A representação em DS da sentença finita em (17) é (18):



Como normalmente se assume, a posição do DP *kajěr* (*o macaco*) não é marcada por caso. Entretanto, este DP precisa receber caso para se submeter ao Princípio da Visibilidade. A suposição é que o caso provém do movimento de *kajěr* para a posição de Spec de ErgP.

A representação em (18) traz um problema para a harmonia da ordem núcleo-final para o Kaingáng. O núcleo Erg tem que preceder o complemento VP para dar conta da ordem em (17). O DP movido para

Spec de ErgP é marcado por caso. ErgP é, em certa medida, um correlato da categoria funcional AGRsP (Chomsky, 1991) em cujo Spec um DP vai ser marcado por nominativo nas línguas nominativas/acusativas.

Em resumo, o Kaingáng é enquadrado no padrão das línguas de núcleo final. Há, porém, uma exceção: o núcleo Erg precede o complemento. Assim, explica-se a ordem linear sujeito + objeto + verbo + aspecto.

## **2.3. Marcação temporal e aspectual**

### **2.3.1. Introdução**

Esta seção aborda as categorias tempo e aspecto tal como elas se manifestam na língua Kaingáng. Para isto, faz-se necessário definir essas categorias de dois pontos de vista: o léxico-semântico, que busca estabelecer qual o sentido destas noções e como elas se manifestam na língua; e o sintático, que atenta para a articulação destas categorias e para a ordem dos elementos que as veiculam na sentença. Para estabelecer a diferença semântica entre tempo e aspecto, recorre-se principalmente a Lyons(1979).

A noção de tempo relaciona-se deitivamente com a distinção entre precedência e sucessividade. Primitivamente tomado como o momento a partir do qual se definem os outros tempos, o presente é precedido pelo passado e seguido pelo futuro. Em muitas línguas, estas noções se expressam através da morfologia verbal.

Além dessas noções de precedência e sucessividade, há outro fator envolvido na morfologia referida normalmente como tempo verbal: a noção de completude e a incompletude do evento, que é central para a definição do aspecto. Estes são os componentes principais alocados na morfologia verbal.

O termo *aspecto* é usado por lingüistas e aceito como tradução equivalente para o termo russo *vid*, empregado para fazer referência à oposição entre perfectivo e imperfectivo nas línguas eslavas (Lyons, 1979:705). Seu uso se estendeu para cobrir várias outras oposições além de completude e incompletude. Baseada na noção de duração, estas distinções podem envolver instantaneidade, freqüência, início, completude.

Para exemplificar, em português as noções de tempo e aspecto aparecem na morfologia verbal cumulativamente. Em (19), considerando o verbo *chorar*, essas noções são expressas pelos morfemas */-ava/* e */-ou/*:

- (19) a. Ela chorava quando ele partiu.  
b. Ela chorou quando ele partiu.

Nas duas formas do verbo *chorar* em (19), a noção temporal é a mesma: em termos de Reichenbach(1966), o choro precede o momento da fala (ou ainda, há simultaneidade, pelo menos parcial, com o momento da partida), que é tomado como referência. A diferença entre (19a) e (19b) fica por conta da duração do evento o **choro dela**: em (19a), o **choro dela** dura além de **a partida dele**. Já em (19b), o **choro** é dado como simultâneo a **a partida**.

A distinção principal entre tempo e aspecto é que o primeiro, ao

contrário do segundo, é uma categoria dêitica. A referência temporal se contrói direta ou indiretamente a partir (do momento) do falante, ao passo que a noção de aspecto independe do lugar em que o falante se coloca.

Segundo Lyons(1979), a categoria aspecto é bem mais freqüente nas línguas naturais do que a categoria tempo. Há muitas línguas que não indicam tempo, mas muito poucas, se há alguma, que não indicam aspecto. Além disso, as crianças cuja língua nativa apresenta as categorias de aspecto e de tempo adquirem mais rapidamente a primeira. Por esta razão, costuma-se afirmar que aspecto é ontogeneticamente mais básico que tempo.

### **2.3.2. O tempo no Kaingáng**

No Kaingáng, contrariamente ao que ocorre no português, a categoria tempo não é proeminente. Enquanto esta última expressa o tempo por meio de afixos verbais, no Kaingáng esta categoria é expressa por meio de adjuntos. A ordem mais freqüente destes elementos na sentença é após o DP sujeito (marcado por *tòg* ou por outras partículas com a mesma função). Entretanto, podem ocorrer também no final ou no início da sentença.

(20) Kanhgàg ag tòg rākè tà ěkrènh  
 Kaingáng pl erg ontem caçar  
 “Os Kaingáng caçaram ontem.”

(21) Inh pi ěkrènh t ĭg mũ rākè tà  
 eu neg caçar andar asp ontem  
 “Eu não fui caçar ontem.”

(22) Rākè tà ag tòg ěpỹ ra kagy  
 ontem pl erg roça para ir  
 “Ontem eles foram para a roça.”

Em (20), (21) e (22), a indicação temporal é dada pelo item lexical *rākè tà (ontem)*, indicando precedência. Em (20), *rākè tà (ontem)* aparece após o DP sujeito. Já em (21) e (22), ocorre no final e no início da sentença, respectivamente.

Além de *rākè tà (ontem)*, há vários outros elementos que indicam tempo. Todos eles ocorrem nas mesmas posições que as indicadas para *rākè tà (ontem)*:

(23) Ā mỹ ũri han jun?  
 você int hoje fazer chegar  
 “Vocês chegaram agora?”

(24) Rã pi kanhkã ki vênh-ven mû ùri  
 sol neg céu em aparecer asp hoje  
 “O sol não apareceu no céu hoje.”

(25) ùri Kanhgàg tòg canoa ta put ke mỹ  
 agora Kaingáng erg canoa afundar excl  
 “O índio está afundando a canoa agora!”

Em (23), (24) e (25), *ùri* (*hoje, agora*) é o item lexical que indica noção de tempo. Assim como *rãkè tà* (*ontem*), *ùri* (*hoje, agora*) pode ocorrer após o DP sujeito (23), no final (24) ou no início da sentença (25).

Um outro elemento que indica tempo em Kaingáng é *vaj kỹ* (*amanhã*). Ocorre nas mesmas posições que as apresentadas para *rãkè tà* (*ontem*) e *ùri* (*hoje, agora*):

(26) Eg tỹ vaj kỹ goj ãgfi rinh ke mû tòg kuvar ñĩ  
 nós erg amanhã rio pescar com anzol asp erg longe asp  
 “O rio onde vamos pescar amanhã é longe.”

(27) Natalino ne ù tỹ ne mrè ãkrènh fig mû vaj kỹ  
 Natalino com quem junto caçar ir asp amanhã  
 “Com quem Natalino vai caçar amanhã?”



- (28) Vaj k̄y      ãg    tòg    ěkrènh      mũ    mũ  
 amanhã    pl    erg    caçar      ir    asp  
 “Amanhã nós vamos caçar.”

Em (26), (27) e (28), o ítem lexical que indica tempo (sucessividade) é *vaj k̄y* (*amanhã*). Pode ocorrer após o DP sujeito (26), no final (27), ou ainda no início da sentença (28).

*Kãnhmar* (*daqui a pouco*) também indica tempo (sucessividade):

- (29) Ta    tòg    kãnhmar              kutẽ    mũ  
 chuva erg    daqui a pouco      cair    asp  
 “Vai chover daqui a pouco.”

- (30) Kãnhmar      ti    tòg    ěkrènh      fīg    mũ  
 daqui a pouco    ele erg    caçar      ir    asp  
 “Ele vai caçar daqui a pouco.”

- (31) Ti    tòg    ěkrènh      tīg    mũ    kãnhmar  
 ele    erg    caçar      ir    asp    daqui a pouco  
 “Ele vai caçar daqui a pouco.”

A ordem em que ocorre *kãnhmar* (*daqui a pouco*) não é diferente da ordem apresentada para os demais adjuntos que indicam tempo. *Kãnhmar* (*daqui a pouco*) pode ocorrer após o DP sujeito (29), no início da sentença (30) ou ainda no final da sentença (31).

Wiesemann(1974:123) cita vários outros elementos que apresentam indicações de tempo. Apesar de muitos deles não estarem disponíveis no corpus deste trabalho, vale citar alguns:

- (32) a. *vãsỹ* - tempos atrás,                      d. *kar kỹ* - depois,  
       b. *to hã* - antes,                                e. *tũg kỹ* - quando terminado,  
       c. *kejẽn* - algum tempo depois.

### 2.3.3. O aspecto no Kaingáng

O aspecto, diferentemente do tempo, é expresso por categorias funcionais. Apresenta indicações quanto às situações em que determinados eventos ocorrem. Essas situações opõem-se basicamente pelas noções de completude e incompletude.

Da mesma forma que os afixos verbais tornam uma sentença finita no português, assume-se que, no Kaingáng, este papel é desempenhado pelas partículas aspectuais. Como a contraparte da flexão em português, o aspecto é a categoria nuclear da sentença no Kaingáng, ocorrendo na posição final.

- (33) Kasor        ag    tòg    kynkyr        mũ  
       cachorro    pl    erg    latir         asp  
       “Os cachorros estão latindo.”

Em (33), a partícula aspectual é *mũ* (*aspecto imperfectivo*). Ocorre em posição final na sentença e indica aspecto imperfectivo, isto é, indica que a ação descrita não está terminada.

O aspecto pode ser representado pelo morfema zero. A ausência de marcas morfológicas para esta categoria gramatical veicula a noção de aspecto perfectivo:

- (34) Kasor          ag    tòg    kynkyr  
          cachorro    pl    erg    latir  
                       “Os cachorros latiram.”

A ausência de marcas morfológicas para aspecto em (34) indica que o aspecto da ação descrita (*kyr, kynkyr - latir*) é perfectivo, isto é, acabado ou não durativo.

Além de *mũ*, há outras partículas que se comportam como marcadores aspectuais. A noção que todas indicam quanto à duração do evento é a mesma: aspecto imperfectivo:

- (35) Kanhgàg    ag    tòg    ãkrènh    ãi  
          Kaingáng    pl    erg    caçar    asp  
                       “Os Kaingáng caçam.”

A partícula *tĩ* (*aspecto habitual*) em (35) indica, assim como *mũ* (33), que a ação é durativa, isto é, que não está completa. Entretanto, diferentemente de *mũ*, *tĩ* indica aspecto habitual, ocorrendo junto de verbos que designam ações praticadas habitualmente. Quando retirada da sentença, a noção da duração da ação indicada pelo verbo se modifica:

(36) Kanhgàg    ag    tòg    rãkè tà    ãkrènh  
           Kaingáng    pl    erg    ontem    caçar  
           “Os Kaingáng caçaram ontem.”

A representação do aspecto pelo morfema zero em (36) indica que a duração da ação não é a mesma que a indicada em (35): (36) indica uma ação completa, acabada; (35) indica uma ação incompleta ou não acabada, pela presença da marca de aspecto *tĩ*. A indicação do tempo em que ocorre a ação (precede o presente) fica por conta do ítem lexical *rãkè tà*, já apresentado em 2.3.2.

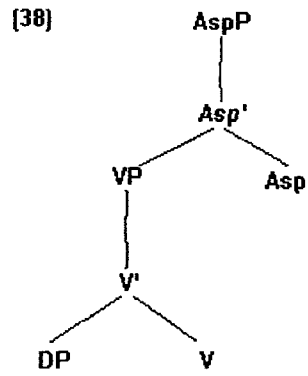
Outra marca aspectual encontrada no corpus examinado é *jẽ*. Essa partícula também indica aspecto imperfectivo:

- (37) Jorge tòg tẽ-ja han jẽ  
 Jorge erg rede fazer asp  
 “Jorge fez rede.”

Pelos exemplos dados em (33) até (37), é possível observar que pertencem à categoria aspecto as partículas *mũ* (imp) *tĩ* (hab) e *jẽ*.

Como núcleo da sentença em Kaingáng, ocupam posição final, após o VP. Essa característica particular da categoria aspecto permite a comparação com a flexão do português, uma vez que é ela que torna finita uma sentença em Kaingáng.

Se, por um lado, a presença de marcas de aspecto determina aspecto imperfeito; por outro, a sua representação pelo morfema zero determina aspecto perfectivo. Assim, o aspecto no Kaingáng tem sua posição assegurada na sentença pela categoria que determinamos como AspP, constituindo-se numa categoria vazia.



Em (38) a categoria AspP representa as partículas indicadoras de aspecto em Kaingáng. Os elementos que fazem parte dessa categoria ocorrem após o VP.

## **CAPÍTULO III**

### **A MARCAÇÃO DE CASO NO KAINGÁNG**

#### **3.1. Introdução**

Os estudos sobre a marcação casual têm longa tradição na Teoria Lingüística. Contudo, a noção de caso não se manteve a mesma ao longo dos anos. Por isso, faz-se necessário esclarecer o sentido que caso vai ter neste trabalho.

Em geral, a tradição lingüística associa caso a certas marcas afixadas às palavras, o chamado caso morfológico. Esta noção se aplica diretamente a línguas com um paradigma casual morfológicamente rico (como o latim, o russo, o finlandês, entre outras), para cada caso havendo um afixo específico. A um sintagma marcado por um caso é

associada determinada função sintática. Assim, no latim são as marcas (ou a ausência delas) de nominativo, acusativo ou ablativo que apontam para o fato de o sintagma nominal ser o sujeito, o objeto ou o agente da passiva da sentença, como em:

- (39) a. Puer puellam amat  
 menino-nom menina-ac ama  
 “O menino ama a menina.”
- b. Puella puerum amat  
 menina-nom menino-ac ama  
 “A menina ama o menino.”
- c. Puella ab puero amata est  
 menina-nom por menino-abl amada é  
 “A menina foi amada pelo menino.”

Em (39a), os DPs *puer* (*menino*) e *puellam* (*menina*) são marcados por diferentes afixos casuais: *puer* tem  $\emptyset$  para a marca do nominativo e *puellam* tem a marca /-m/ para o caso acusativo. Em (39b), a situação se reverte: *puella* é a forma não-marcada do nominativo e *puerum* a do acusativo, marcada pelo afixo /-(u)m/. Em (39c), a novidade fica por conta do afixo /-o/ em *puero*, que responde pela forma do caso ablativo.



A Gramática de Casos (ver Fillmore 1968, por exemplo) veio, de certa forma, romper com esta tradição que associa caso à função sintática. A ruptura se encaminhou no sentido de associar caso a noções semânticas tais como agente, paciente, tema, experienciador. Assim, caso perdeu seu estatuto de entidade mórfica associada a funções gramaticais e ganhou estatuto de noção semântica, central para a Gramática de Casos.

No que diz respeito às funções sintáticas associadas aos vários casos, Fillmore(1968) busca predizer quais papéis semânticos estão associados a quais funções sintáticas. O autor formulou hierarquias que procuravam estabelecer, dentre um conjunto de casos semânticos dados, quais os que tinham precedência para aparecer como o sujeito da sentença. Exemplificando, se há o conjunto de casos semânticos [agente, tema, instrumento] associados a um verbo como *fechar*, o primeiro na hierarquia para ser o sujeito é o agente, o segundo é o instrumento e o último é o tema:

- (40) a. João fechou a porta com a chave  
b. A chave fechou a porta  
c. A porta fechou

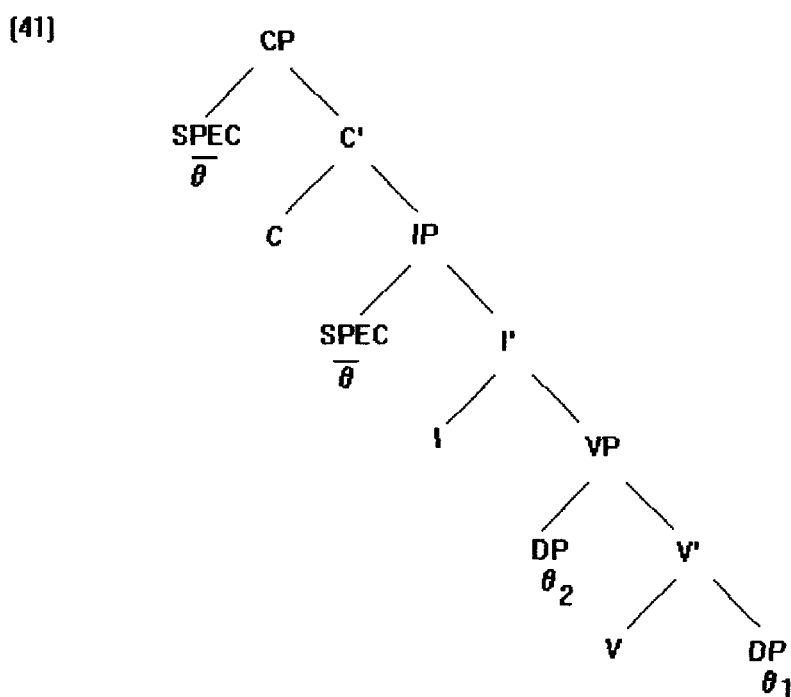
Em (40), *João*, *a porta* e *a chave* representam, respectivamente, o agente (*João*), o tema (*a porta*) e o instrumento (*a chave*).

### 3.2. A noção de caso na Gramática Gerativa

A Gramática Gerativa (ver Chomsky, 1981) reaborda a questão dando-lhe um tratamento modular. O que se busca é estabelecer as condições estruturais que permitem a ocorrência de um DP, que podemos chamar de **condições de licenciamento de um DP**. Além de outras, a ocorrência de um DP está sujeita a duas condições, cada uma estabelecida em um módulo autônomo da gramática: ter um caso e ter um papel temático. O módulo que trata da primeira condição é a Teoria do Caso e o que trata da segunda é a Teoria Temática. Embora as duas condições estejam, de uma forma ou de outra, presentes nos tratamentos anteriores da noção de caso, é com a Teoria Gerativa que serão concebidas em módulos completamente autônomos, recebendo uma caracterização precisa quanto a seu papel na sintaxe.

A Teoria Temática regula a atribuição dos papéis temáticos (que correspondem ao que a Gramática de Casos chama de **caso**): agente, paciente, experienciador, instrumento. Estabelece que os núcleos lexicais V (verbo), N (nome), A (adjetivo) e P (preposição) atribuem

papel temático, mas não os núcleos funcionais I (flexão), C (complementizador) e D (determinante). Os papéis temáticos são recebidos em certas posições, ditas argumentais, pelos argumentos relacionados com os núcleos lexicais. Considerando apenas a categoria lexical V e as funcionais I e C, as posições temáticas estão marcadas pela letra grega  $\theta$  na seguinte representação estrutural:



Considere as sentenças:

- (42) a. João viu quem?  
b. Quem João viu?

A Teoria Temática estabelece que *quem* recebe seu papel temático na posição que ocupa em (42a), ou seja, na posição de argumento interno do verbo *ver*, correspondente à posição ocupada por  $\theta_1$ . Entretanto, na posição em que se encontra em (42b) *quem* não pode receber seu papel temático. A Teoria resolve a questão afirmando que o papel temático provém da conexão de *quem* com a posição de argumento interno do verbo *ver*. Assim, se por algum motivo o argumento não se encontra na posição marcada tematicamente, ele deve conseguir seu papel temático da conexão com aquela posição. A conexão entre o argumento e a posição recebe o nome técnico de **cadeia**.

O princípio que regula a atribuição de papel temático é chamado de Critério Temático e é formulado em (43):

**(43) Critério Temático**

- (i) cada argumento tem que receber um (e um só) papel temático;
- (ii) cada papel temático tem que ser atribuído a um (e um só) argumento.

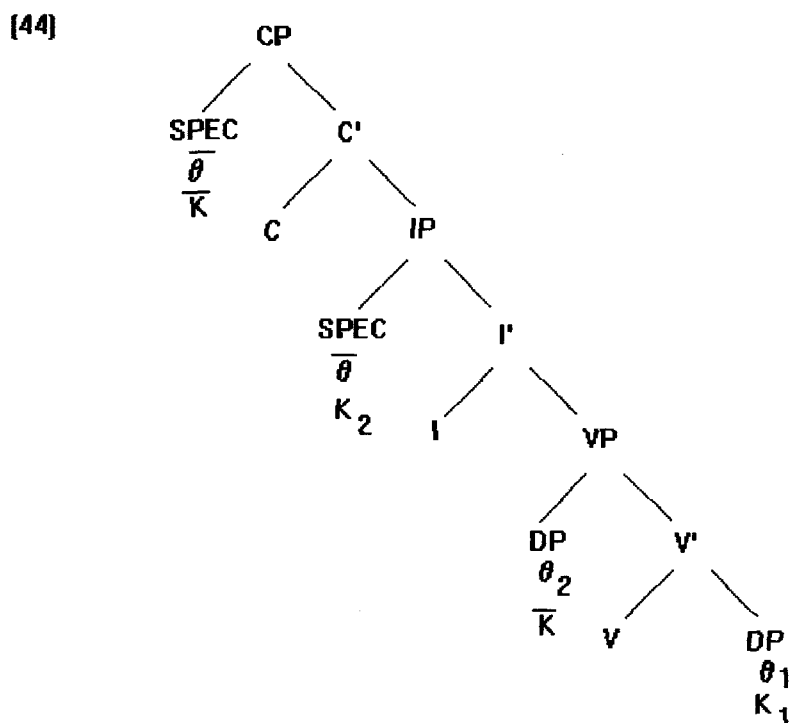
O princípio (43) estabelece uma relação biunívoca entre argumentos e papéis temáticos a ponto de um não ser licenciado sem o outro.

No módulo da Teoria Temática, um DP só é licenciado se se submete ao Critério Temático: ele precisa ser interpretado tematicamente. Qual a condição para que ele seja interpretado tematicamente? Um DP só é interpretado tematicamente, dizendo de um modo mais técnico, só é **visível** para a interpretação temática, se for marcado por um caso. No módulo da Teoria do Caso, exige-se de um DP que ele tenha um caso. É desta forma que os dois módulos vão interagir para licenciar um DP.

A esta altura, é necessário explicitar o que se entende por **caso** na Teoria Gerativa. Esta noção, que não deve ser confundida com caso semântico nem com caso morfológico, corresponde a uma condição universal de licenciamento dos DPs, condição que deve ser observada em todas as línguas naturais. Assim, mesmo que uma língua não tenha marcas morfológicas de caso, assume-se que ela manifesta caso de *alguma maneira*. É o que se entende por **caso abstrato**. Esta categoria engloba caso morfológico, como uma das formas de se manifestar, e exclui a noção de caso semântico.

A Teoria do Caso regula a atribuição de caso. Estabelece os casos, os atribuidores e os receptores. Em geral, são três os casos para as línguas acusativo/nominativas: nominativo, acusativo e oblíquo. Para Chomsky(1981), o primeiro, o nominativo ( $K_2$  na representação (44)), é

atribuído pela categoria funcional I, que contém [+tempo, +concordância], ao seu especificador. O nominativo é atribuído em configuração Spec-núcleo, por concordância. Os outros dois são atribuídos pelas categorias lexicais [-N], por regência. O acusativo ( $K_1$  na representação (44)) é atribuído por um verbo transitivo ao seu complemento. E o oblíquo é atribuído por uma preposição a seu complemento. A flexão, ao contrário do verbo e da preposição, atribui caso à esquerda. (44) indica as posições marcadas por caso (K) e por papel temático ( $\theta$ ):



O Princípio da Visibilidade estabelece as exigências para que um DP seja licenciado:

(45) **Princípio da Visibilidade**

Todo DP pronunciado tem que ter caso

(45) deve se verificar na sintaxe. Reforçando o modo de interação dos módulos, sem ser marcado por um caso, um DP é invisível para a interpretação temática. O Princípio de Visibilidade obriga, numa representação como (44), que o DP sem caso dominado imediatamente por VP se mova para Spec de IP a fim de receber nominativo.

Em uma língua como o português, o caso é marcado abstratamente, não havendo marcas morfológicas que realizem esta categoria gramatical. Entretanto, a sentença reflete a marcação casual ordenando os DPs de forma definida: o DP marcado por nominativo precede o verbo finito, e o DP marcado por acusativo o segue. Se, por algum motivo, um destes DPs se encontra deslocado, o Princípio da Visibilidade é satisfeito através da conexão do DP com a posição esvaziada.

- (46) a. A Maria ama o João  
 b. \*Ama a Maria o João  
 c. O João, a Maria ama

Em (46a), *A Maria* e *o João* recebem respectivamente nominativo e acusativo satisfazendo o Princípio da Visibilidade. Em (46c), na posição em que se encontra, *O João* não é marcado por caso; mesmo assim a sentença é gramatical porque *o João* está conectado com uma posição vazia (ec) localizada após o verbo:

- (47) O João<sub>i</sub> a Maria ama ec<sub>i</sub>



Por sua vez, (46b) é agramatical pois um dos DPs não é marcado por caso.

Uma observação de caráter histórico é importante para este trabalho. Trata-se de mudanças sintáticas verificadas na passagem do latim ao português, exceção feita ao acusativo. À medida que se perdiam as marcas morfológicas dos casos, iam surgindo preposições (funcionais) que não existiam antes. A função destas preposições era justamente atribuir caso aos DPs, isto é, fazer o que era feito pelos afixos casuais latinos. A observação é importante pois alguns dos casos do Kaingáng são marcados por posposições, equivalentes às preposições do português.

### **3.3. O caso no Kaingáng**

#### **3.3.1. Introdução: Kaingáng, Latim e Português**

Com vimos, o caso é uma categoria universal, comum a todas as línguas naturais. Entretanto, a forma como esta categoria se manifesta é específica de cada língua ou grupo de línguas. Para compreender melhor como funciona a marcação casual no Kaingáng, estabelece-se uma comparação entre esta língua, o latim e o português.

O latim manifesta a categoria caso marcando morfologicamente os DPs. Tomando do paradigma casual latino o acusativo e o nominativo, um DP acusativo apresenta a marca casual */-m/*, em contraste a um DP nominativo que não apresenta marcas. Já no português, língua que não dispõe de morfologia flexional de caso, o nominativo e o acusativo são identificados pela posição do DP em relação ao verbo. Canonicamente, o caso nominativo é o do DP que precede o verbo e o caso acusativo é o do DP que segue o verbo. O que há em comum nas duas línguas é presumivelmente a fonte do caso: o acusativo provém do verbo e o nominativo é atribuído pela flexão.

Quando se trata da preposição como atribuidor casual, as duas línguas continuam apresentando comportamento paralelo: o DP complemento da preposição é morfologicamente marcado no latim e se apresenta sem marcas morfológicas no português.

O próximo passo é apresentar como se manifesta a categoria caso no Kaingáng. Por um lado, esta língua se aproxima do português, distanciando-se do latim, por não apresentar morfologia flexional de caso:

- (48) a. Kuya      tòg    mranh  
               cuia      erg    quebrar  
               “A cuia quebrou.”

- b. Natalino tòg kuya kutẽm  
 Natalino erg cuia derrubar  
 “Natalino derrubou a cuia.”

Em (48), *kuya* tem a mesma forma, quer funcione como sujeito em (48a), quer como objeto do verbo em (48b). O que distingue esses dois DPs não são morfemas flexionais, como no latim, mas sim a presença ou a ausência da partícula *tòg* junto a um deles.

Por outro lado, o Kaingáng se distancia tanto do português como do latim, como se vê em (49):

- (49) a. Puer- $\phi$  puella-m amat (latim)  
 b. O menino- $\phi$  derrubou a cuia- $\phi$  (português)  
 c. Kósin fi-tòg kuja- $\phi$  kutãm (Kaingáng)

Deixando de lado o fato de a marcação de caso apresentar-se sob a forma de afixo ou de partículas independentes, o latim e o Kaingáng são complementares: enquanto a primeira língua marca explicitamente objeto com */-m/*, deixando o sujeito sem marcas, é o sujeito que o Kaingáng marca e não o objeto. Em relação ao português, a distinção se faz em termos de uma marca para o Kaingáng contra a ausência delas no português.

### **3.3.2. Tipologia do Kaingáng**

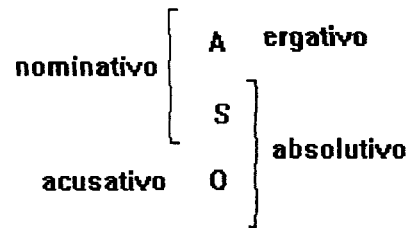
Tipologicamente as línguas se classificam em dois grupos no que diz respeito ao padrão casual: ou uma língua é nominativa/acusativa ou ergativa/absolutiva. Para enquadrar o Kaingáng em um dos dois padrões, recorre-se a Dixon(1979, 1994) realizando uma reinterpretação das idéias deste autor em termos da gramática gerativa.

#### **3.3.2.1. Dixon (1979, 1994)**

Enquadrando os argumentos dos verbos em três categorias, A (sujeito de verbo transitivo), S (sujeito de verbo intransitivo) e O (objeto de verbo transitivo), Dixon(1979, 1994) estabelece as características dos dois padrões de marcação casual. Uma língua ergativa/absolutiva trata S e O da mesma maneira, diferenciando-os do tratamento dado a A. Uma língua nominativa/acusativa, por outro lado, agrupa S e A, diferenciando-os do tratamento dado a O. Há várias maneiras pelas quais este tratamento pode se realizar. A mais evidente delas é a flexão de caso.

Os argumentos S, A e O se agrupam em sistemas casuais que se caracterizam pelas relações representadas em (50):

[50] Esquema da Marcação Casual de Dixon (1979)



Conforme o esquema, uma língua ergativa agrupa S e O, aos quais é atribuído caso absolutivo, enquanto ao argumento A é atribuído ergativo; uma língua nominativa, por outro lado, agrupa S e A, aos quais é atribuído nominativo, enquanto a O é atribuído acusativo.

Para justificar a necessidade de marcação de caso nas línguas, Dixon propõe que as línguas distinguem atividades que necessariamente envolvem dois participantes daquelas que envolvem apenas um, já que todas elas têm classes de verbos transitivos e intransitivos. Assim, em qualquer um dos dois padrões (absolutivo/ergativo ou nominativo/acusativo) há uma necessidade de se diferenciar, em sentenças transitivas, o papel de cada um dos argumentos envolvidos na relação expressa pelo verbo. Esta distinção, para Dixon(1979, 1994), é feita através de marcas (morfológicas) de caso, de modo que estas marcas sejam recebidas por um ou pelos dois argumentos de um verbo transitivo.

A interpretação do sujeito intransitivo não está sujeita a ambigüidade, já que o argumento S aparece sozinho na sentença. Não

há necessidade de marcação positiva para S a fim de diferenciá-lo de A ou de O. Um S, por ser único, pode, economicamente, receber a mesma marcação de A ou de O, ou ainda ser não-marcado para caso. Daí que os casos que incluem a função S são mais freqüentemente os não-marcados no sistema.

Desta forma, se algum caso tiver realização zero numa língua ergativa, este será o absolutivo (agrupa S e O). De modo paralelo, numa língua acusativa, o caso de realização zero, se houver, será o nominativo.

Além das marcas flexionais nos argumentos, Dixon(1979, 1994) propõe outras duas formas através das quais o caso de um argumento pode ser evidenciado: partículas e flexão do verbo ou do auxiliar. No que se refere às partículas, as que atribuem caso são mais freqüentemente as preposições/posposições. E o verbo ou o auxiliar contêm informações sobre pessoa, número, gênero dos argumentos em determinadas funções.

Os afixos pronominais podem ser tomados como evidência de acusatividade ou de ergatividade morfológica, assim como a flexão de caso. Se um determinado afixo se refere a um argumento em função S ou O, e um outro refere-se ao argumento em função A, então a língua pode ser tomada como ergativa; mas se os afixos agrupam S e A, diferenciando-os daquele que marca O, então esta língua caracteriza-se como acusativa. Cabe ressaltar que, embora a flexão de caso, os afixos

pronominais e as partículas sejam indicadores morfológicos, eles nem sempre funcionam como indicadores da função sintática de um argumento.

Outro fator que distingue as línguas tipologicamente é o modo como elas manifestam o fenômeno da concordância verbal. Nas línguas nominativas, a concordância se verifica entre o DP marcado por nominativo e o verbo. Nas línguas ergativas, a concordância pode se verificar entre o DP marcado absolutivo e o verbo.

Dixon(1979, 1994) propõe a idéia de "split" ou cisão na marcação de casos. Um sistema "split" ergativo é aquele que apresenta a possibilidade de agrupar S com A., agrupamento próprio do sistema nominativo/acusativo, em determinadas situações.

No que se refere aos fatores que condicionam a cisão, Dixon propõe uma solução de caráter semântico: quando S pode controlar a ação, receberá a mesma marca de A; e quando não puder controlar da ação, receberá a marca de O. Desse modo, muitas línguas generalizariam a marcação de A ou de O para S, tentando evitar confusões.

Entretanto, uma solução semântica para justificar a marcação casual do argumento de verbos mono-argumentais não é tão simples. Basta olhar para o que acontece com verbos que designam ações como "chorar" ou "rir": não é imediato se há ou não volição envolvida no ato. Para contornar esta dificuldade, Dixon(1979, 1994) propõe quatro

fatores, também de ordem semântica, que condicionam o "split" ou a cisão nessas línguas:

1. o conteúdo semântico do argumento;
2. o conteúdo semântico dos verbos intransitivos;
3. as escolhas de tempo/aspecto das sentenças;
4. uma combinação de 1, 2 e 3.

Os dois primeiros fatores tratam basicamente da noção de agente. Assim, seria a natureza semântica do verbo que permitiria ou não que S fosse tratado como agente, recebendo a marca de A ou de O.

Quando o "split" é condicionado pela natureza semântica do verbo, A recebe uma marca que se mantém a mesma por todo o sistema, enquanto que S, dependendo do verbo intransitivo, recebe marcas idênticas às de A ou às de O.

Quanto ao terceiro fator de condicionamento, Dixon(1979, 1994) leva em conta que a referência temporal/aspectual pode ser marcada no sistema de uma língua de três maneiras: pelo sistema flexional, por classes lexicais, ou ainda por ambas. Em línguas ergativas/absolutivas, as marcas deveriam ocorrer nos tempos passados ou nos aspectos perfectivos. Nos tempos não passados ou nos aspectos imperfectivos, a marca provável para o sistema é a do tipo nominativa/acusativa.

Num sistema cuja cisão recebe este condicionamento (tempo/aspecto), a marcação ergativa deve ser sempre encontrada em



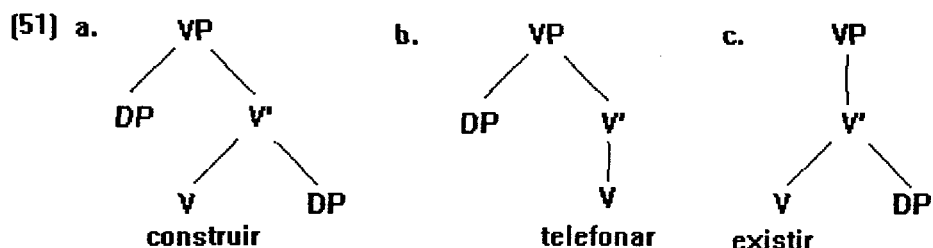
tempos passados ou em aspectos perfectivos. Esta cisão não ocorre somente em termos de tempos passado/futuro, mas em termos de eventos que ocorreram (ou que “prometiam” ocorrer) vs. aqueles que não ocorreram (ou que são prováveis de não ocorrer).

### 3.3.2.2. A Gramática Gerativa

Na perspectiva gerativa, é possível reinterpretar modularmente os padrões de marcação propostos por Dixon(1979, 1994). Observando-se o papel desempenhado pelos sintagmas, não se lança mão diretamente de fatores de ordem semântica para explicar o caso atribuído a um DP. O que se considera, neste particular, é a estrutura argumental/temática dos verbos e os casos dos argumentos.

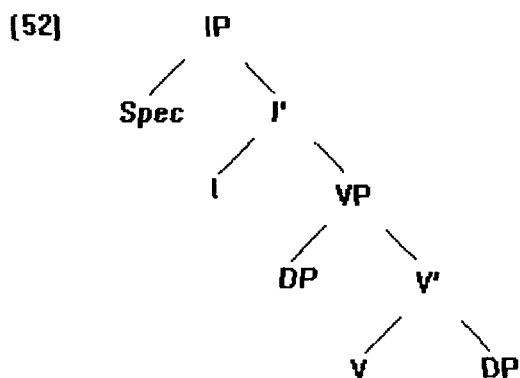
De modo simplificado, os verbos selecionam ou não argumentos (nós nos limitaremos aos DPs) que podem ser internos ou externos. A partir da estrutura argumental, é possível estabelecer as três categorias que interessam: há os verbos que selecionam dois argumentos, um externo e outro interno (transitivos), como *construir*; há os verbos que selecionam apenas um argumento externo (intransitivos) como *telefonar*; e há os verbos que selecionam apenas um argumento interno (inacusativos, ver Burzio(1986), que os chama de *ergativos*) como *existir*.

O léxico fornece essas informações e a teoria X-barras fornece o formato que esses constituintes vão tomar. As possibilidades para os constituintes verbais (VP) podem ser representadas em (51):



Uma questão para a sintaxe é saber qual caso os DPs vão ter.

Para uma língua acusativa, em (51a) estabelece-se que o DP dominado por V' recebe caso acusativo; o DP dominado por VP não tem caso no âmbito do VP e deve conseguir o caso nominativo da flexão, que vai dominar VP, em Spec de IP, como vemos em (52):



Em (51b) e (51c), o único argumento, quer seja ele interno ou externo, vai ser marcado por nominativo.

Em uma língua ergativa, o argumento externo de (51a) vai receber caso ergativo. Para (51b) e (51c) o argumento único, quer seja interno, quer seja externo, vai ser marcado por caso absoluto.

Esta perspectiva modular distingue caso ( $\equiv$  função sintática) de papel temático. Desta forma, evita que se confunda caso com papel temático e fornece uma explicação modular para os fenômenos envolvidos.

Dixon(1979, 1994) diferencia os padrões nominativo/acusativo e ergativo/absolutivo pelo comportamento de S. Se S é morfologicamente marcado como O, então a língua em questão obedece ao segundo padrão. Por outro lado, se S é morfologicamente marcado como A, então a língua em questão obedece ao primeiro padrão.

A teoria gerativa observa o comportamento de A, S ou O enquanto argumento externo ou argumento interno do verbo. Em especial, analisa S focalizando sua natureza ambígua, enquanto argumento externo de verbo intransitivo ou argumento interno de verbo inacusativo. É o caso que o argumento de um verbo mono-argumental recebe que determina a tipologia em que as línguas vão se enquadrar: se é o mesmo caso do argumento externo de um verbo transitivo, a língua é nominativa/acusativa; se o caso é o mesmo do argumento interno de um verbo transitivo, a língua é ergativa/absolutiva.

Além disso, as línguas nominativas se caracterizam pela concordância que coincide com a atribuição de nominativo em relação Spec-núcleo; nas línguas ergativas, a concordância se verifica entre o elemento marcado absolutivo e o verbo em relação de regência ou Spec-núcleo, em termos de Chomsky(1992).

Nos termos gerativistas, podemos falar de “split” tanto com relação a uma língua ergativa como a uma língua nominativa, no que diz respeito à marcação casual. Uma língua “split” nominativa poderia marcar o argumento, pelo menos o interno, dos verbos mono-argumentais com o acusativo<sup>2</sup>; uma língua “split” ergativa poderia marcar o argumento, pelo menos o externo, dos verbos mono-argumentais com caso ergativo.

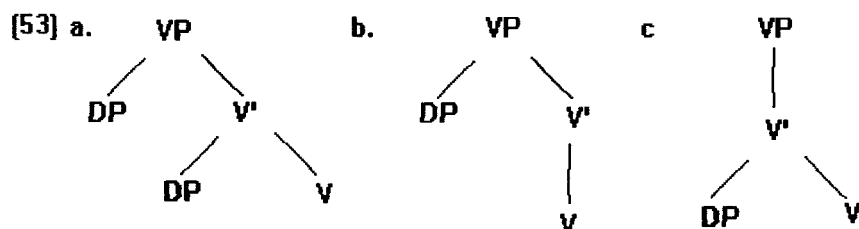
### 3.3.2.3. O Kaingáng

Neste trabalho, admite-se que os verbos no Kaingáng têm estrutura argumental semelhante à que apresentamos para o português. Então, as representações em (51) se aplicam aos VPs, ressalvadas as

---

<sup>2</sup> Carlos Mioto (conversa pessoal) chama atenção para esta afirmação que parece excessivamente forte. De fato, o que línguas nominativas fazem, como é o caso de certos dialetos do português brasileiro, é tratar o argumento interno de verbos inacusativos como *existir* como sujeitos (nominativos?) degradados: não desencadeiam a concordância com o verbo (*Existe pessoas bem-intencionadas* por *Existem pessoas bem-intencionadas*); aparecem muito mais frequentemente em posição pós-verbal (*Existe pessoas bem-intencionadas* mas não *Pessoas bem-intencionadas existem*); não podem ser pronominalizados com a forma acusativa dos pronomes (*\*Existe-as*), embora também não possam ser pronominalizados com a forma nominativa (*\*Existe(m) elas*), em ambos casos devido às restrições de definitude que pesam sobre o DP *pessoas bem-intencionadas*.

particularidades da ordem: sendo uma língua de núcleo final, os VPs do Kaingáng vão ser como em (53):



A questão vai ser como os casos dos DPs associados tematicamente aos verbos se distribuem. Como se vê em (54), o DP dominado por VP, *kanhgag*, é marcado causalmente pela partícula *tòg* (ou outras com função paralela):

- (54) Kanhgàg tòg canoa ta put ke  
 Kaingáng erg canoa afundar  
 “O Kaingáng afundou a canoa.”

O DP dominado por V', *canoa*, vai ficar sem marcador casual.

Mas, para os objetivos tipológicos desta seção, o que importa é o sistema de marcação casual do DP dos verbos mono-argumentais. Na maioria dos dados coletados, o DP é marcado pela partícula *tòg* (ou por outra com função idêntica), como se vê em (55):

- (55) a. Mĩg tòg kyr  
           onça erg miar  
           “A onça miou.”
- b. Canoa tỹ ta put ke  
           canoa erg afundar  
           “A canoa afundou.”

Assim, o DP em foco comporta-se como o argumento externo dos verbos transitivos. Sendo este o comportamento típico das línguas nominativas, somos induzidos a classificar o Kaingáng como uma língua nominativa.

Entretanto, esta língua apresenta duas propriedades próprias das línguas ergativas. A primeira é que o DP marcado explicitamente é aquele que corresponde ao argumento externo dos verbos transitivos, como vemos em (54), onde *tòg* (poderia ser também *tỹ*) marca *kanhgàg* (o índio). A segunda é que se observa a concordância do verbo com o objeto: nas construções transitivas há um tipo de concordância entre o verbo e o argumento interno, mas não entre o verbo e o argumento externo. Em especial, a segunda propriedade nos leva a classificar o Kaingáng como uma língua “split” ergativa.

(56) apresenta um verbo transitivo:

- (56) Kanhgàg tòg canoa ta put put ke  
 Kaingáng erg canoa pl afundou pl  
 “O Kaingáng afundou as canoas.”

Em (56), o verbo *ta put ke* (*afundou*) é transitivo. O DP *kanhgàg* (*o índio*), que é argumento externo e desempenha papel temático de agente, recebe o caso ergativo de *tòg*. O DP *canoas* (*canoas*), que é argumento interno e desempenha papel temático de tema, recebe caso absolutivo.

Comparando (56) com (54), nota-se que a única diferença entre as duas é uma espécie de duplicação que ocorre na forma verbal *ta put put ke*. Vamos tomar este fenômeno, que é descrito por Wiesemann(1981), Cavalcante(1987) e Mullen(1965) como *concordância com o objeto*<sup>3</sup>, como *definidor do caráter “split” ergativo do Kaingáng*.

(57) apresenta verbos mono-argumentais:

- (57) a. Míg ag tòg kynkyr  
 onça pl erg miar pl  
 “As onças miaram.”

---

<sup>3</sup> Gilvan Miler de Oliveira, em conversa com meu orientador, relata que Wiesemann atualmente encara este fenômeno como manifestação de aspecto iterativo (semelhante a pluralização). Formalmente, a mudança de concepção de Wiesemann não tem força para mudar a essência de nossa afirmação de que o que acontece com o verbo resulta duma interação com o objeto.

- b. Canoa tỹ ta put put ke  
 canoa pl erg afundar pl  
 “As canoas afundaram.”

Em (57), que contém verbos mono-argumentais, se verifica o mesmo tipo de fenômeno. Em (57a), a forma verbal do intransitivo *kȳr* (*miar*) sofre o processo de duplicação refletindo a concordância com *mĩg* (*as onças, ag* marca o plural para alguns nomes ). Em (57b), o mesmo se verifica para o inacusativo *ta put ke* (*afundar*) que é duplicado para *ta put put ke* (*afundar pl*). Então, a concordância com o verbo se faz, independente de o argumento ser externo (57a) ou interno (57b), com verbos mono-argumentais.



### 3.3.3. A marcação de caso no Kaingáng

Como foi dito na seção anterior, o Kaingáng apresenta características que o aproximam de uma língua ergativa. Estas características tornam-se visíveis quando se estabelecem as condições estruturais que autorizam a ocorrência de um DP.

Em qualquer língua natural, as condições de licenciamento de um DP estão sujeitas, entre outras, ao Princípio de Visibilidade. Segundo este princípio, ter caso é a condição necessária para que um argumento seja interpretado tematicamente.

Assim como as línguas nominativas, as línguas ergativas apresentam fundamentalmente três casos. Contudo, ao invés de nominativo, acusativo e oblíquo, os casos são chamados ergativo, absolutivo e oblíquo. No Kaingáng os dois primeiros se manifestam como em (54), aqui repetido em (58):

- (58) Kanhgàg tòg canoa ta put ke  
 Kaingáng erg canoa abs afundar  
 “O Kaingáng afundou a canoa.”

Os casos dos DPs em (58) são dois: ergativo e absolutivo. O primeiro é recebido pelo DP *kanhgàg* (*Kaingáng*), o que é marcado pela partícula *tòg*.

O segundo é recebido pelo DP *canoa* e é atribuído pelo verbo transitivo *ta put ke* (*afundar*) por regência, segundo se assume canonicamente.

O terceiro caso é atribuído por uma posposição — não perder de vista que o Kaingáng é uma língua de núcleo final — como mostra (59):

(59) a. João tòg Juraci fi mrè ñij mũ

João erg Juraci fem obl com casar asp

“João vai casar com Juraci.”

b. Jorge tòg ãpỹ ra vār

Jorge erg roça para ir

“Jorge foi para a roça.”

Em (59a) a posposição *mrè* (*com*) atribui caso oblíquo ao DP *Juraci fi* (*Juraci f*) e *ra* (*para*) faz o mesmo em relação a *ãpỹ* (*roça*).

Uma questão que surge é saber se *tòg* deve ou não receber tratamento semelhante ao proporcionado às demais posposições. Esta partícula poderia ser considerada semelhante à preposição *por* do português que caracteriza o agente da passiva. É desta forma que Wiesemann(1980:51,128) traduz, mais ou menos literalmente, certas sentenças, como em (60) e (61):

(60) Ti tỹ gãr fãn vễ  
 ele por milho debulhar está acontecendo  
 “Debulhar milho está acontecendo por ele.”

(61) Ti tỹ cidade ra fĩg vễ  
 ele por cidade para ir é  
 “Por meio dele ir à cidade é realidade.”

Olhando os dados de uma maneira mais global somos levados a buscar outra solução.

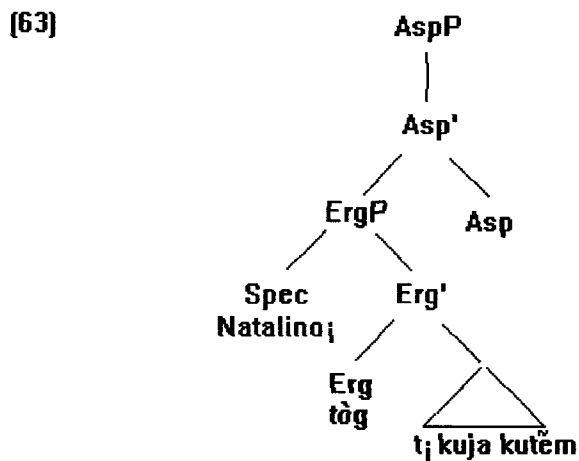
O que não impede que se busque outra solução é o fato de *tòg* ser um item funcional. Por um lado, não é atribuidor de papel temático: o papel temático do DP que ele marca, que não é necessariamente identificado com agente, provém direta ou indiretamente do verbo. Por outro, *tòg* funciona como o marcador casual tornando o DP visível para a interpretação temática.

Outra razão para não aceitar *tòg* como uma posposição é a dificuldade relacionada com o fato de o DP receber papel temático do verbo e caso de *tòg*. A não ser que se gere o DP como complemento de *tòg* na base, não está disponível uma solução que o movimente para aquela posição: uma posição de complemento não é apropriada para receber um elemento movido.

A solução que propomos toma *tòg* como o preenchimento de um núcleo funcional responsável pela atribuição do caso ergativo, paralelamente ao que

se assume para AGRs (Chomsky, 1992). Consideremos (48b), aqui repetido em (62) e a representação abreviada em (63):

- (62) Natalino tòg kuja kutēm  
 Natalino erg cuia derrubar  
 “Natalino derrubou a cuia.”



A categoria ErgP é postulada a fim de dar conta da relação entre *tòg* e o DP *Natalino*. Apesar de destruir a harmonia núcleo-final<sup>4</sup> apresentada pelo Kaingáng, esta postulação se justifica na medida em que, se o DP fosse um núcleo final, o resultado seria uma sentença como:

- (64) \*Natalino kuya kutēm tòg

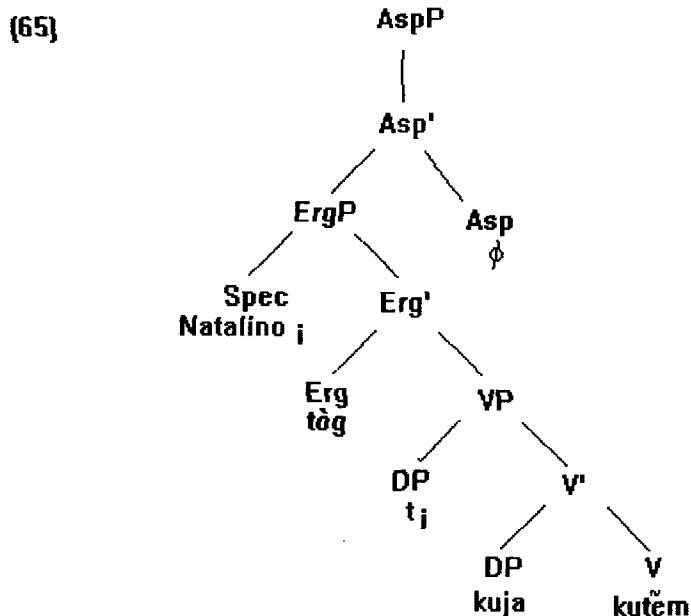
<sup>4</sup> Laka(1990) postula que Neg é núcleo inicial em basco, uma língua que se caracteriza por ser núcleo final.

O DP gerado em VP não recebe caso. Para recebê-lo e se submeter ao Princípio da Visibilidade, este DP move-se para Spec de ErgP. Deste modo, o DP *Natalino* recebe ergativo em Spec de ErgP em configuração Spec-núcleo.

O outro DP para o qual é preciso caso em (62) é *kuja (cuia)*. Embora não haja marcas casuais explícitas, o Princípio da Visibilidade exige que aquele DP receba um caso, que vai ser o absolutivo. O problema é explicar como este caso é atribuído. Vamos assumir que o verbo atribui caso absolutivo ao DP *kuja (cuia)*<sup>5</sup>. Assim, uma representação mais ampliada de (62) seria (65):

---

<sup>5</sup> A idéia pode ser implementada nos termos de Chomsky(1992) com uma categoria funcional sendo responsável pela atribuição de absolutivo ao argumento interno do verbo. Embora não tenha condições de fazer isso no momento, vou lançar mão dessa idéia para explicar a concordância com o objeto.



Em resumo, os dois DPs argumentos do verbo se distribuem cada um para um caso: o argumento externo toma ergativo e o argumento interno o absoluto.

E no caso de um verbo mono-argumental? A resposta esperada, se o Kaingáng fosse língua ergativa pura, seria que o DP dos verbos mono-argumentais fosse marcado por absoluto. Entretanto, em geral este argumento, quer seja externo, quer seja interno, ocorre com os marcadores de ergativo *tòg* ou *tỹ*, como se vê em (55), aqui repetido como (66):

- (66) a. Mĩg tòg kyr  
           onça erg miar  
           “A onça miou.”

- b. Canoa tỹ ta put ke  
 canoa erg afundar  
 “A canoa afundou.”

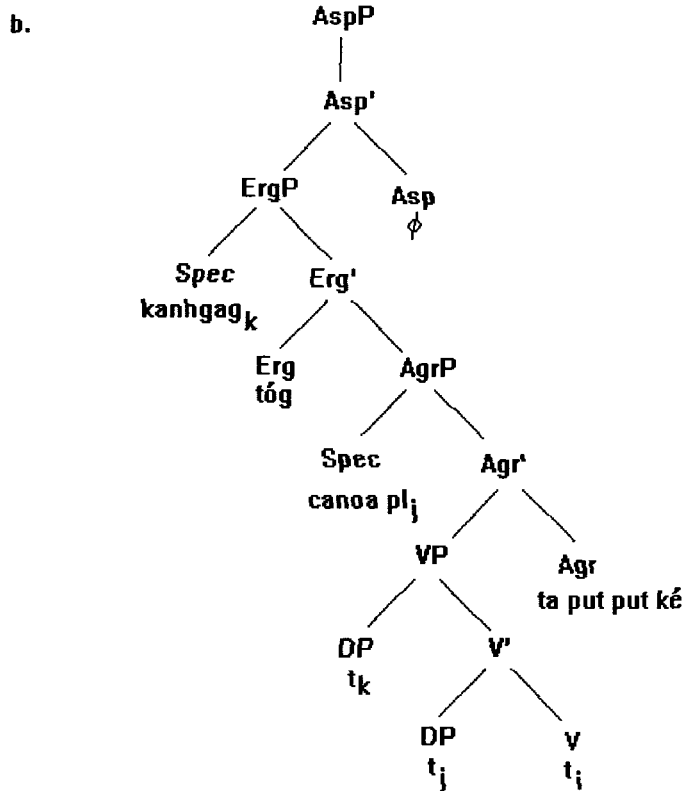
O que Chomsky(1992) postula é que há nas línguas dois casos estruturais disponíveis para argumentos verbais não preposicionados. Quando o verbo tem apenas um argumento, as línguas escolhem um destes dois casos: as nominativas/acusativas escolhem o caso nominativo, equivalente do ergativo; as línguas ergativas/absolutivas escolhem o caso absoluto, equivalente do acusativo. As línguas “split” fazem um escolha misturada: ora nominativo/ergativo ora acusativo/absolutivo. (54) mostra que o Kaingáng escolhe ergativo<sup>6</sup>.

Entretanto, é preciso aparelhar a estrutura sentencial do Kaingáng com pelo menos mais uma categoria funcional para dar conta do fenômeno da concordância, determinante da classificação do Kaingáng como língua (“split”) ergativa. Então, postula-se a estruturação sentencial (67b) para a sentença (56), aqui repetida como (67a):

---

<sup>6</sup> Carlos Miotto (conversa pessoal) considera que é possível dar consistência à hipótese de que o Kaingáng é uma língua ergativa em mudança para o padrão acusativo, donde a marcação do argumento único com o caso estruturalmente superior, ou seja, ergativo. Esta marcação é a que se espera nas línguas nominativas/acusativas. A hipótese da mudança ganha em plausibilidade na medida quando se considera que os falantes do Kaingáng são bilíngües, falando também português.

- (67) a. Kanhgàg tòg canoa ta put put ke  
 Kaingáng erg canoa pl afundou pl  
 “O Kaingáng afundou as canoas.”



O DP plural absolutivo desencadeia uma mudança no verbo de *ta put ke* para *ta put put ke*, identificada como concordância. Nos termos desta análise isto acontece na relação entre especificador e núcleo.

Note-se que, se ocorresse o plural *ag* junto ao DP ergativo e se *canao* (*canao*) fosse singular, o que nos daria (68), a sentença seria agramatical.



(68) \*kanhgàg ag canoa ta put put ke

O que é muito importante é notar que a concordância tem que ser desvinculada do argumento interno e da categoria caso. Reconsidere (57) aqui repetido como (69) e as representações (70) e (71):

(69) a. Míg ag tòg kynkyr

onça pl erg miar pl

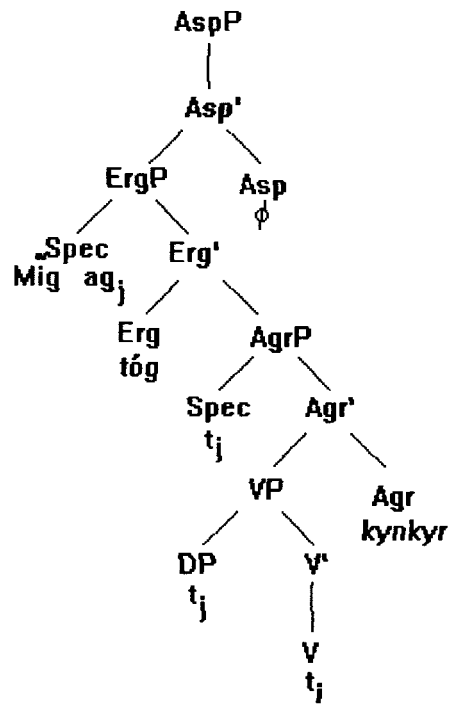
“As onças miaram.”

b. Canoa tỹ ta put put ke

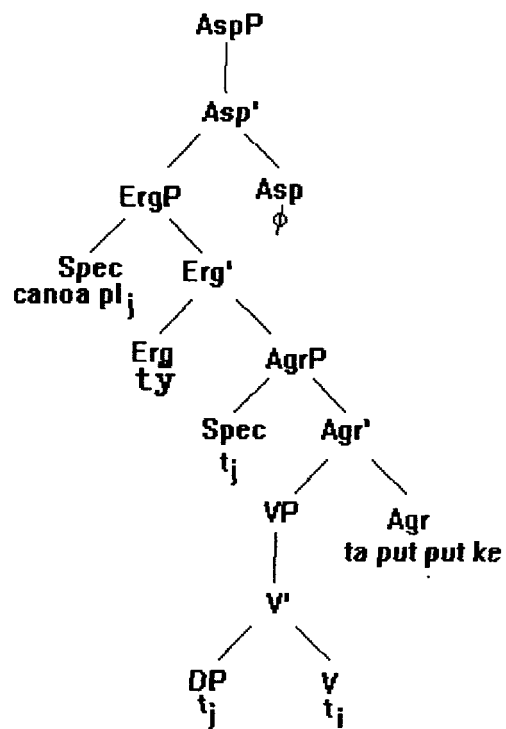
canoa pl erg afundar pl

“As canoas afundaram.”

[70]



[71]



Apesar de a concordância sempre estar relacionada com o argumento interno e com o caso absolutivo se o verbo tem dois argumentos, isto não é constante. Quando se trata de um verbo mono-argumental, tanto o argumento interno, *canao (canoas)* em (71), como o externo, *ḡĩg ag (as onças)* em (70), podem desencadear a concordância, fazendo o verbo passar pelo processo de duplicação.

O que nos obriga crucialmente a desvincular concordância de caso é o fato de que tanto o argumento externo, *ḡĩg ag (as onças)*, quanto o interno, *canao (as canoas)*, acabam marcados casualmente por *tòg* ou *tỹ*, os marcadores de ergativo. A expectativa era que apenas o DP absolutivo desencadeasse a concordância com o verbo, como acontece em (56).

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou explicar a marcação de caso na língua Kaingáng, enquadrando-a no padrão das línguas nominativas/acusativas ou ergativas/absolutivas. Para caracterizar os padrões de marcação casual, partiu-se de Dixon(1979,1994) e, para explicar a atribuição de casos no Kaingáng, utilizou-se a perspectiva da gramática gerativa.

Conforme esta perspectiva, considerou-se a estrutura argumental/temática dos verbos do Kaingáng para explicar a marcação de caso, descartando-se explicações de ordem semântica.

O trabalho foi dividido em três partes: a primeira apresentou a situação em que se encontra o grupo e a língua Kaingáng, bem como informações sobre o seu parentesco lingüístico e sobre a sua bibliografia de descrição.

A segunda parte considerou alguns aspectos morfológicos e sintáticos do Kaingáng como a ordem sentencial e a marcação temporal e aspectual. A análise da estrutura sentencial enquadrou a língua no padrão das línguas núcleo-finais, mostrando que os complementos precedem os núcleos. A

exceção fica por conta do núcleo funcional *tòg*, que precede o complemento para dar conta da ordem linear da sentença.

A análise da marcação temporal e aspectual mostrou que a categoria aspecto é gramaticalmente relevante. Esta relevância está relacionada com a sua condição de núcleo sentencial.

A terceira parte do trabalho abordou a marcação casual no Kaingáng, mostrando que o núcleo funcional *tòg* é responsável pela atribuição de caso ergativo ao DP sujeito, enquanto que o verbo é responsável pela atribuição de caso absolutivo. A análise possibilitou enquadrar a língua no padrão das línguas de ergatividade “split” ou cindida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, I. I. Basile. (1976). *O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.

BLOOMFIELD, L. (1935). *Language*. New York, Holt, Reinhart & Winston.

BURZIO. (1986). *Italian Syntax*. D. Reidel.

Cartilha Kaingáng. (1977). Volumes 1 e 2. FUNAI. Brasília, D.F.

CAVALCANTE, Marita Pôrto. (1987). *Fonologia e Morfologia da Língua Kaingáng: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*. Tese de Doutorado, Campinas:Unicamp

CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.

———. (1992). A Minimalist Program for Linguistic Theory. In: *The view from Building 20*. Hale, K. and S. Keyser (eds). Massachusetts, Cambridge Press.

DIXON, R. M. W. (1979). Ergativity. *Language*, 55. 59-138.

———. (1994). *Ergativity*. Cambridge:Cambridge University Press.

FILLMORE, C. (1968). The case for case. In: E. Bach, R.T.Harms (eds.). *Universals of Linguistic Theory*. New York:Hold, Rinehart and Winston.

HAEGEMAN, Liliane. (1991). *Introduction to Government and Binding Theory*. Cambridge:Cambridge University Press.

KINDELL, Glória. (1961). *Fonêmica Kaingáng*. Arquivo Lingüístico n. 039. Brasília, D.F.:SIL.

KOOPMAN, H. & D. SPORTICHE. (1991). *The position of subject*. *Lingua* 85, North-Holland.

LYONS, John. (1979). *Introdução à Linguística Teórica*. SP:Editora da Universidade de São Paulo

MIOTO, Carlos. (1995). *A interface morfologia-sintaxe*. Abralín.

MULLEN, Paul. (1965). *Matrix Clauses in Kaingáng*. Arquivo Lingüístico n.160. Brasília, D.F.:SIL.

———. (1966). *Verb Pluralization in Kaingáng*. Arquivo Lingüístico n.159. Brasília, D.F.: SIL.

PREZIA, B. et al (1994). *Kaingang. Confronto cultural e identidade étnica*. SP:Editora Unimep.

RAPOSO, Eduardo Paiva. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa:Caminho.

REICHENBACH, H. (1966). *Elements of Symbolic Logic*, New York:Free Press.

RIEMSDIK, Henk Van & WILLIAMS, Edwin. (1986). *Introduction to the Theory of Grammar*. Massachusetts:MIT Press.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. (1986). *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das Línguas Indígenas*. SP:Loyola.

———. (1993). *No Brasil, 85% das línguas indígenas já estão extintas*. Revista da SBPC, n 05.

SAUSSURE, F. (1955). *Cours de Linguistics Générale*. 5 ed., Paris:Payot.

SIMONIAN, Lígia T. L. (1973). *Levantamento Bibliográfico sobre os Índios Kaingáng*. Florianópolis:UFSC.

TEIXEIRA, José Baltazar. (1988). *Contribuição para a Fonologia do DialetoKaingáng de Nonoai*. Dissertação de Mestrado. Campinas:Unicamp.

URBAN, G. (1985). *Ergativity and accusativity in Shokleng (Gê)*. IJAL, 51.164-187



WIESEMANN, Ursula. (1972). *Die Phonologische und Grammatiche Struktur der Kaingáng-Sprache*. SIL. Mouton.

———. (1874). Time distinctions in Kaingáng. Sonderdruck:Zeitschrift für Ethnologie. Band 99, Heft 172. Braunschweig.

———. (1980). *Metodologia de Análise Gramatical*. Petrópolis:Vozes

———. (1981). *Dicionário Kaingáng-Português, Português- Kaingáng*. Brasília, D.F.:SIL.